



CAPA DO EDITAL

Pregão Eletrônico nº 38/2024 Processo Administrativo nº 153692/2024			
Abertura dia 09 de setembro de 2024 às 08 horas (Horário de Brasília/DF) No sítio www.bnc.org.br			
OBJETO			
Aquisição eventual e sob demanda de gêneros alimentícios (panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros) afim de atender as demandas de merenda escolar, bem como eventos e programas realizados pelas Unidades ligadas à Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO.			
VALOR TOTAL ESTIMADO			
R\$ 2.442.306,95 (Dois milhões quatrocentos e quarenta e dois mil trezentos e seis reais e noventa e cinco centavos)			
Registro de Preços?	Adjudicação	Item com disputa exclusiva ME/EPP?	Item com ampla disputa?
Sim	Por Item	Sim	Sim
Modo de disputa	Instrumento Contratual		Intervalo mínimo entre lances
Aberto	Ata de Registro de Preços		R\$ 0,01
Envio da Proposta Readequada e Documentos de Habilitação			
Até 02 (duas) horas após a convocação realizada pela Pregoeira.			
Documentos de Habilitação			
Item 09 - Da Habilitação			
Esclarecimento e Impugnações			
Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão eletrônica, por meio eletrônico para o endereço licitacaopiracanjuba@hotmail.com ou através do sítio www.bnc.org.br			



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2024

Sistema de Registro de Preços

Processo Administrativo nº 153692/2024

O **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRACANJUBA**, Estado de Goiás, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 99, Centro – Piracanjuba/GO, inscrito no CNPJ sob o nº 49.577.243/0001-86, por intermédio da Agente de Contratação, usando a competência atribuída pelo Decreto Municipal nº 18, de 08 de janeiro de 2024, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2024** – Sistema de Registro de Preços, do tipo Menor Preço por Item, objetivando a aquisição eventual e sob demanda de gêneros alimentícios (panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros) afim de atender as demandas de merenda escolar, bem como eventos e programas realizados pelas Unidades ligadas à Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, conforme discriminações e quantidades descritas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexos desde edital.

DA SESSÃO ELETRÔNICA

Dia: 09 de setembro de 2024.

Horário: 08 horas (Horário de Brasília/DF)

Endereço Eletrônico: www.bnc.org.br

O presente certame reger-se-á pela Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 17, de 08 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 18, de 08 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 21, de 08 de janeiro de 2024 e demais legislações pertinentes.

O caderno de licitações composto de EDITAL e ANEXOS poderá ser adquirido através do link “licitações” da *web site* oficial do Município <<http://www.piracanjuba.go.gov.br>> e através do Endereço Eletrônico da Bolsa Nacional de Compras – BNC <www.bnc.org.br>. Quaisquer informações adicionais poderão ser obtidas através do e-mail do Departamento de Licitações: licitacaopiracanjuba@hotmail.com.



01. DO OBJETO E DEFINIÇÕES

1.1 A presente licitação tem por objeto registrar em Ata os preços de itens relacionados no Termo de Referência anexo ao presente Edital, ofertado pelos licitantes vencedores a serem adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO no período de 12 (doze) meses, mediante requisições expedidas por autoridade competente, conforme a necessidade e interesse público.

I. O objeto que se refere o subitem **1.1** é o registro de empresa apta a fornecer eventualmente e sob demandas gêneros alimentícios (panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros) afim de atender as demandas de merenda escolar, bem como eventos e programas realizados pelas Unidades ligadas à Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, conforme discriminações e quantidades descritas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexos deste Edital.

II. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito na BNC (Bolsa Nacional de Compras) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as especificações contidas no Edital.

1.2 Os produtos constantes na presente licitação deverão atender as exigências de qualidade observando os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade – ABNT, INMETRO, ANVISA etc., atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições Lei Federal nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

1.3 Para fins deste Edital consideram-se:

I. Sistema de Registro de Preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

II. Ata de Registro de Preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforma s disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas.

III. Órgão Gerenciador: órgão da administração pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços.

IV. Órgão ou Entidade Participante: órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços.

V. Órgão não participante: órgão ou entidade da administração pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços.



02. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Somente poderão participar desta Licitação Pessoas Jurídicas legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do presente certame com objeto social pertinente e compatível com o certame e que atenderem todas às exigências deste Edital, Anexos e ainda devidamente cadastradas junto à BNC – Bolsa Nacional de Compras, através do site www.bnc.org.br.

I. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site detentor da plataforma eletrônica.

a) Correrá por conta das licitantes todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

2.2 Exclusividade de contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme determina o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006, será aplicada nesta licitação para os itens cujo valor médio a ser contratado, conforme pesquisa de mercado seja inferior a R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).

I. Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos, cada item separadamente, conforme Instrução Normativa nº 08, de 07 de dezembro de 2016, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

2.3 Serão garantidos às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte o tratamento diferenciado de que tratam o inciso IV e os §§ 3º e 4º do art. 1º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de setembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

2.4 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

2.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Piracanjuba responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.6 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica.

II. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado.



III. Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

IV. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

V. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

VI. Pessoa Física ou Jurídica que, nos últimos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

VII. Estrangeiras que não funcionem no País;

2.7 A observância das vedações do subitem 2.6 são de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento se sujeita às penalidades cabíveis.

2.8 A participação neste certame sem prévia impugnação implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

03. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Eventuais solicitações de esclarecimentos e impugnações referentes ao Edital, Técnica ou Jurídica deverão ser dirigidas a Pregoeira Oficial para o endereço eletrônico licitacaopiracanjuba@hotmail.com, ou através provedor www.bnc.org.br em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão eletrônica, com devida identificação da solicitante (Razão Social, CNPJ, Endereço, Telefone, E-mail).

3.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site Oficial da Prefeitura de Piracanjuba/GO e no provedor www.bnc.org.br.

3.3 Decairão do direito de impugnar os termos do Edital do Pregão a licitante que não o fizer em até o terceiro dia útil à data fixada para a abertura da sessão pública, nos termos do art. 164 da Lei Federal nº 14.333, de 2021.

3.4 Caberá à Pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, além da Assessoria Jurídica decidir sobre eventuais impugnações, bem como responder as questões formuladas pelos licitantes.

3.5 Acolhida à impugnação contra este Edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



04. DO CREDENCIAMENTO

4.1 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras.

4.2 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente será dada mediante prévia definição de senha privativa.

4.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa Nacional de Compras.

4.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização de transações ao pregão eletrônico.

4.7 Durante a sessão eletrônica, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.8 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua conexão.

05. DO ENVIO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO

5.1 A licitante deverá encaminhar (anexar arquivo) e cadastrar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico Bolsa Nacional de Compras - BNC (www.bnc.org.br) de até a data e horário marcados para a abertura da sessão eletrônica, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas, conforme art. 28 do Decreto Municipal nº 18, de 2024.

5.2 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

I. Qualquer elemento que possa identificar à licitante importa na desclassificação da proposta sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.



a) Tal identificação não deve constar no Cadastro da Proposta no sistema. No arquivo da proposta anexada ao sistema deve conter dados de identificação da Licitante.

b) A empresa proponente deverá especificar na proposta de preços cada produto, material ou insumo, marca, especificação detalhada dos materiais ofertados e demais elementos indispensáveis a sua caracterização e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

II. Até a abertura da sessão eletrônica, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.3 As propostas deverão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão eletrônica estabelecida no preâmbulo deste Edital.

06. DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA

6.1 A abertura da sessão eletrônica deste Pregão, conduzida pela Pregoeira, ocorrerá na data e horas indicadas no preâmbulo deste Edital, no provedor www.bnc.org.br.

6.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento da proposta, em relação à proposta mais bem classificada.

6.3 O sistema ordenará, automaticamente as propostas para participação da etapa de lances.

6.4 A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

6.5 Durante a sessão eletrônica a comunicação entre a pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

6.6 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão eletrônica do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

07. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

7.2 A sessão do pregão será realizada na sala de disputa, onde poderão ser realizados de forme simultânea até 50 (cinquenta) itens/lotos, em razão do quantitativo de itens/lotos licitados, proporcionando agilidade ao processo, devendo o licitante, neste caso, efetuar lances simultâneos para os itens/lotos em disputa em que houver enviado proposta.

7.3 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.



7.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pela Pregoeira, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas neste edital.

7.6 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.7 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.8 Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o ABERTO**, assim definido no art. 56, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

I. A etapa de lances na sessão eletrônica durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

II. A prorrogação automática da etapa de lances, que se trata o inciso anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

III. Não havendo novos lances na forma estabelecida neste subitem, a etapa de disputa encerrar-se-á automaticamente.

IV. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo R\$ 0,01 (Um centavo), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

7.9 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a Pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão eletrônica e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.10 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

I. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

08. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus anexos e ofertar o menor preço para o fornecimento do objeto nas condições previstas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

8.2 A Pregoeira examinará a proposta melhor classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.



I. A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Piracanjuba ou, ainda de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

II. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

III. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

IV. Não serão aceitas propostas com valores superiores aos estimados ou com preços manifestadamente inexequíveis.

a) No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (Cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

b) A inexequibilidade, na hipótese que se trata a alínea anterior somente será identificada após diligência da Pregoeira, que comprove:

1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.

2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.3 A Pregoeira irá convocar a licitante melhor classificada para enviar os documentos em formato digital, por meio da funcionalidade disponível no sistema.

I. O prazo para envio dos documentos será de 02 (duas) horas, contados a partir da convocação formal realizada pela Pregoeira através do sistema eletrônico.

II. Se a empresa convocada não apresentar a proposta final dentro do prazo estipulado a mesma será automaticamente desclassificada para os itens que possam ser os próximos classificados.

8.4 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste edital na plataforma BNC (www.bnc.org.br) ou através do e-mail licitacaopiracanjuba@hotmail.com, se assim solicitado pela Pregoeira, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

8.5 Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender as exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda este Edital.

8.6 A apresentação da proposta implica na declaração de conhecimento e aceitação de todas as condições da presente licitação, vinculando a licitante às informações apresentadas, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, entre outras.

8.7 As licitantes arcarão integralmente com todos os custos decorrentes da elaboração e



apresentação de suas propostas, independente do resultado do procedimento licitatório.

8.8 Será desclassificada a proposta que:

I. Não atenda as exigências deste ato convocatório e ou contiver vícios insanáveis.

II. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital.

III. Esteja o valor, acima do estimado previsto no Edital.

IV. Apresente qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, bem como preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes, e ainda financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.9 A desclassificação das propostas será sempre fundamentada e registrada no sistema, com possibilidade de acompanhamento “*on-line*” pelos licitantes.

8.10 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para sua desclassificação, esta poderá ser adequada pelo licitante, desde que não haja majoração do preço final.

8.11 Ocorrendo divergência entre os valores unitários e o valor total prevalecerá o primeiro.

8.12 A critério da Pregoeira poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

8.13 Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado, com base na documentação e proposta apresentada.

8.14 Se a proposta não for aceitável, se o licitante deixar de enviar a proposta, ou ainda, se não atender as exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

I. No caso previsto no subitem 8.14, a Pregoeira deverá negociar com a licitante, para que seja obtido melhor preço.

8.15 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, à licitante terá a sua proposta aceita.

09. DA HABILITAÇÃO

9.1 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante vencedora.

9.2 Para fins de habilitação a licitante deverá apresentar toda documentação exigida neste edital no prazo de 02 (duas) horas, a contar da convocação pela Pregoeira em campo próprio do sistema Bolsa Nacional de Compras – BNC.

I. Os documentos de cunho habilitatório já constantes do SICAF poderão deixar de ser juntados pelo licitante desde que estejam e mantenham-se devidamente atualizados no curso do certame e contenham todas as informações exigidas no Edital.



II. A licitante poderá optar por anexar seus documentos de habilitação na Bolsa Nacional de Compras – BNC, de modo a evitar inconvenientes ou inviabilidade de acesso a estes documentos, que possam resultar em sua inabilitação, caso não conste toda documentação no SICAF ou seu cadastro não esteja efetivamente atualizado junto ao mesmo.

9.3 Após a apresentação da documentação de habilitação e expirado o prazo mencionado no subitem 9.2, fica vedada a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo diligências, conforme art. 36, § 2º, do Decreto Municipal nº 21, de 2024.

9.4 Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou quaisquer outros documentos que visem a substituir os exigidos.

9.5 Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo 60 (sessenta) dias, contados da data de convocação da Agente de Contratação/Pregoeira para apresentar os documentos de habilitação.

9.6 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção de impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao SICAF.

9.7 A documentação relativa à **Habilitação** deverá ser apresentada em conformidade com a relação descrita a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

I. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Documento oficial de identificação que contenha foto dos **Sócios Administradores da Empresa**.

b) Certidão de Registro Comercial (no caso de empresa individual); ou

c) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, expedido pelo Registro do Comércio ou Junta Comercial;

d) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil das Pessoas Jurídicas);

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);



b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual** ou **Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

c) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal/INSS** (Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União);

d) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos relativa ao ICMS);

e) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos) da sede da firma interessada, mediante Certidão Negativa expedida pelo Município, ou outra equivalente na forma da Lei, com prazo de validade em vigor;

f) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (FGTS), através do Certificado de Regularidade ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, com prazo de validade em vigor.

g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, ou seja, prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e da Lei Federal nº 12.440, de 2011.

III. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

a) **Certidão Negativa de Feitos sobre Falência**, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, com data de emissão de, no máximo, 60 (sessenta) dias anteriores à convocação da Agente de Contratação/Pregoeira para apresentar os documentos de habilitação, ou dentro do prazo de validade constante no documento.

b) **Balço Patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais.

1. A boa situação financeira da licitante terá por base a verificação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes formulas, considerando que todos devem ser iguais ou superiores a 1:

$$\text{Fórmula: } LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$\text{Fórmula: } LC = AC / PC$$

$$\text{Fórmula: } SG = AT / (PC + ELP).$$

2. Os elementos contábeis contidos nas fórmulas acima são assim identificados:

AC = Ativo Circulante;



RLP = Realizável a Longo Prazo;

AT = Ativo Total;

PC = Passivo Circulante;

ELP = Exigível a Longo Prazo

c) Os documentos referidos na alínea b, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

IV. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) A Proponente deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica para comprovação de aptidão para fornecimento do objeto desta licitação, através de atestado fornecido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, para a qual a interessada já tenha fornecido objeto de natureza e quantidade compatíveis com o solicitado nesta licitação.

V. MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

a) As licitantes enquadradas como **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** além de declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que atente aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

01. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial de seu Estado, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à convocação da Agente de Contratação/Pregoeira para apresentar os documentos de habilitação.

02. Declaração que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à convocação da Agente de Contratação/Pregoeira para apresentar os documentos de habilitação.

VI. MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

a) Caso a licitante seja **MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**, deverá apresentar os seguintes documentos:

01. Certificado de Condição de Micro empreendedor Individual.

02. Documento que comprove a opção do Simples Nacional.



VII. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração, sob pena de inabilitação, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, hem como que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas formas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

b) Declaração, sob pena de inabilitação, que atende ao disposto no inciso XXXIII, do Art. 07º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) Declaração, sob pena de inabilitação, que os preços propostos se encontram incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

d) Declaração, sob pena de inabilitação, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

e) Declaração, sob pena de inabilitação, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

f) Declaração, sob pena de inabilitação, que a proposta apresentada para fins de participação nesta licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial, quanto a participar ou não da referida licitação, que o conteúdo da proposta apresentada para participar, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Prefeitura Municipal de Piracanjuba antes da abertura oficial das propostas; e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

g) Declaração, sob pena de inabilitação, sob as penas da Lei, que se responsabiliza pela autenticidade e veracidade dos documentos e informações apresentadas para participação nesta licitação.



9.8 A não apresentação dos documentos mencionados nos Incisos V e VI, indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.9 Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.10 Para efeito de julgamento referente ao regime diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro empreendedores Individuais possuem os mesmos benefícios neste Edital.

9.11 As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, assim definidas no art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43, caput da Lei Complementar nº 123, de 2006).

9.12 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

I. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.12, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado ao Município de Piracanjuba/GO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato de Fornecimento, ou considerar o item como fracassado.

9.13 Se o licitante não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

9.14 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENVIO DA PROPOSTA READEQUADA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 A licitante melhor classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, bem como os documentos de habilitação, no prazo de até 02 (duas) horas, conforme disposto no art. 36, §3º do Decreto Municipal nº 21, de 2024, contado da convocação efetuada pela Pregoeira por meio da opção “*Documentos Complementares*” na Bolsa Nacional de Compras - BNC.

I. Caso a licitante não consiga fazer o envio via sistema eletrônico a mesma poderá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, bem como os documentos os documentos de habilitação para o e-mail licitacaopiracanjuba@hotmail.com nos mesmos termos exigidos no subitem 10.1.

10.2 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e documentos de



habilitação será desclassificada/inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11. DO RECURSO

11.1 Declarada a vencedora a Pregoeira abrirá **prazo de 15 (quinze) minutos** durante o qual qualquer licitante poderá de forma imediata e motivada em campo próprio do sistema manifestar sua intenção de recurso.

11.2 A Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

11.3 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão reconhecidos.

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

12.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar e homologar a licitação, observado o disposto no art. 71, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2 Integra o presente Edital, sob forma de anexo, a Minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre contratante e contratada.

12.3 Uma vez homologado o resultado do certame pela Autoridade Superior, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato de Fornecimento será de até 02 (dois) dias úteis contados do envio da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração. A Ata de Registro de Preços e/ou Contrato de Fornecimento deverá ser assinado por Representante Legal, Diretor, ou Sócio da Empresa, com apresentação, conforme o caso de procuração ou cédula de identidade.

I. A convocação de que trata o subitem 12.3 do se dará via e-mail cadastrado no sistema eletrônico pela licitante.

12.4 A recusa do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de preços, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços, inclusive de engenharia, com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e neste edital.



12.5 A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, ou cuja justificativa não seja aceita pelo Órgão Gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de sanções administrativas.

12.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a Ata de Registro de Preços nos termos do subitem 12.4, a administração pública municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quando aos preços atualizados, nos termos deste edital.

12.7 A Ata de Registro de Preços e/ou Contrato de Fornecimento referente ao presente Pregão Eletrônico terá seu extrato publicado no quadro de avisos (Placar) da Prefeitura de Piracanjuba, Jornal de Grande Circulação, e sua íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e site Oficial da Prefeitura de Piracanjuba/GO.

12.8 A Licitante não poderá ceder ou transferir o contrato total ou parcialmente a terceiros.

12.9 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas, conforme prevê o art. 95, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, por:

I. Instrumento Contratual.

II. Nota de Empenho da Despesa.

III. Autorização de Compra/ Ordem de Fornecimento.

IV. Ordem de Execução de Serviços; ou

V. Outro instrumento hábil.

12.10 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estarão sujeitos às regras previstas neste Edital, bem como na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.11 Todos os contatos, reclamações e penalidades serão feitos ou aplicados diretamente à empresa que participar da Licitação. Em nenhum caso a Administração negociará com entidades representadas pelas licitantes.

12.12 A contratada obriga-se a executar o objeto licitado em perfeita harmonia e concordância com os termos deste Instrumento Convocatório, mediante solicitação através de Nota de empenho/ Ordem de Serviços/ Requisições ou equivalente, devidamente atestada por servidor da Secretaria requisitante.

13. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses contar da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ter sua vigência prorrogada nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 14.133, de 2021.



13.2 No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

I. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

13.3 A existência de preços registrados não obriga a administração municipal a firmar contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela Autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

14.2 A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

14.3 Será incluído, na respectiva Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observado:

I. O registro a que se refere o subitem 14.3 tem por objetivo a formação de cadastro reserva no caso da impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 17, de 2024, bem como previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.4 Caso haja mais de um licitante na situação de que se trata o subitem 14.3, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

14.5 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o subitem 14.3, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

14.6 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e aceitação do fornecedor, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.7 As aquisições ou contratações adicionais de que se trata o subitem 14.6 não poderão exceder, por órgão ou entidade a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.



14.8 O quantitativo decorrente de adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem a ata.

14.9 Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos bens, observadas as condições do Termo de Referência, anexo desde edital, bem como da própria Ata de Registro de Preços.

14.10 As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a compatibilidade de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na nesta licitação.

14.11 O Órgão Gerenciador acompanhará periodicamente a evolução das condições de mercado dos preços registrados, para comprovação da vantajosidade.

14.12 Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurada em pesquisa.

15. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a Ata tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

II. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

III. Resultante de previsão neste edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.2 Na ocorrência do preço registrado se tomar superior ao preço praticado no mercado, por outro motivo superveniente, caberá ao órgão gerenciador da Ata convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I. Convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado.

II. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

III. Convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.



15.3 Quando o preço registrado se tornar inferior aos preços de mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, caso em que o órgão gerenciador providenciará convocação dos demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

I. A negociação prevista no subitem 15.3 será no sentido de os demais convocados manterem os preços registrados inicialmente pelo primeiro colocado. Não havendo êxito nessas negociações, o órgão gerenciador deverá então, negociar com o adjudicatário a revisão dos valores. Caso não haja consenso entre o órgão gerenciador e o adjudicatário, a possibilidade de negociação deve ser estendida a eventuais integrantes do cadastro reserva, respeitando a ordem de classificação.

II. Não havendo êxito nas negociações, de que se trata o inciso I, estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote, pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação de penalidade.

III. Para que se viabilize eventual modificação da proposta vigente, por força de Registro de Preços, objetivando a elevação do valor registrado, lastreado no reequilíbrio econômico-financeiro previsto no inciso I, é indispensável a rigorosa verificação da situação fática e a inatacável demonstração do atendimento aos requisitos fixados na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.4 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em termo aditivo à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

15.5 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 16 deste edital, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

16. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 O registro de preços do fornecedor será cancelado pelo Órgão Gerenciador quando o fornecedor:

I. For liberado.

II. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável.

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

IV. Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

V. Não aceitar o preço revisado pela administração municipal.

16.2 A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo Órgão Gerenciador:

I. Pelo decurso de prazo de vigência.



II. Pelo cancelamento de todos os preços registrados.

III. Por fato superveniente, decorrente de casos de :

a) força maior;

b) caso fortuito;

c) em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado.

IV. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

16.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Municipal, será assegurado o contraditório e ampla defesa.

I. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

17. DA DOTAÇÃO E RECURSOS

17.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias afeta aos órgãos do Fundo Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, a saber:

Centro de Custo	01.01
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.306.1207.2108
Elemento	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Subelemento	7 – Gêneros de Alimentação
Ficha/ Fonte	799.000/ 115.51
Centro de Custo	01.00
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.361.1207.2109
Elemento	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Subelemento	7 – Gêneros de Alimentação
Ficha/ Fonte	815.000/ 101.00
Centro de Custo	01.10
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.361.2309.2110
Elemento	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Subelemento	7 – Gêneros de Alimentação
Ficha/ Fonte	829.000/ 101.00
Centro de Custo	01.07
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.365.2312.2113
Elemento	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Subelemento	7 – Gêneros de Alimentação



Ficha/ Fonte	869.000/ 101.00
Centro de Custo	01.09
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.367.2315.2117
Elemento	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Subelemento	7 – Gêneros de Alimentação
Ficha/ Fonte	889.000/ 101.00

18. DA EXECUÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

18.1 A forma de execução do instrumento contratual, fornecimento, prazos, locais, recebimento, pagamento e demais informações estão contidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência Anexos deste Edital.

19. DAS PENALIDADES

19.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I.** Dar causa à inexecução parcial do contrato.
- II.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- III.** Dar causa à inexecução total do contrato.
- IV.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- V.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- VI.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- VII.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- VIII.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- IX.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- X.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- XI.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- XII.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:



- I. Advertência.
- II. Multa.
- III. Impedimento de licitar e contratar.
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- II. As peculiaridades do caso concreto.
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.3 A sanção prevista no inciso I do subitem 19.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.4 A sanção prevista no inciso II do subitem 19.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

19.5 A sanção prevista no inciso III do subitem 19.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.6 A sanção prevista no inciso IV do subitem 16.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida subitem 19.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.7 A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 19.2 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito de Piracanjuba e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade.



19.8 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 19.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do subitem 19.2.

19.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.10 A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.11 Na aplicação da sanção prevista no inciso II, do subitem 19.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.12 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 19.2 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

I. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o subitem 19.12 será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

II. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

III. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.13 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I. Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o subitem 19.12.

II. Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei Federal nº 12.846, de 2013.

III. Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

19.14 Os atos previstos como infrações administrativas neste edital, bem como os previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.



19.15 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.16 Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

I. Para fins de aplicação das sanções previstas no subitem 19.2, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

19.17 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

I. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

19.18 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I. Reparação integral do dano causado à Administração Pública.

II. Pagamento da multa.

III. Transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo.

V. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

a) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do subitem 19.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E FISCALIZAÇÃO

20.1 O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços a ser firmada mediante a realização do presente Pregão Eletrônico será a Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO.



20.2 O Órgão Gerenciador designará representante da Administração Pública para acompanhamento, fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e suas respectivas atribuições nos moldes do art. 117, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 13, da Instrução Normativa nº 09, de 01 de junho de 2023 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 É facultado a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão eletrônica.

21.2 Fica assegurado à Autoridade Competente, mediante justificativa motivada, o direito de a qualquer tempo e no interesse da Administração, adiar a data de abertura, anular ou revogar a presente licitação, total ou parcialmente, sem que caiba direito de qualquer indenização, bem como alterar as condições deste Edital, divulgando-o pela mesma forma que se deu o texto original, fiando novo prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, a alteração não afetar a formulação das propostas, nos termos do § 1º, art. 155, de Lei Federal nº 14.133, de 2021.

21.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer da fase de licitação.

21.4 As normas disciplinadoras desta Licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira ou Autoridade Superior que decidirá com base na legislação em vigor.

21.6 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

21.7 Os horários estabelecidos no edital e durante a sessão eletrônica observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao certame.

21.8 Fica eleito o Foro da Comarca de Piracanjuba/GO, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes desta Licitação, não resolvidas na esfera Administrativa.

22. DOS ANEXOS

22.1 Constituem como parte integrante e complementar do presente Edital, os seguintes elementos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar



ANEXO III - Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO IV – Modelo Declaração Conjunta;

ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO VI – Minuta do Contrato de Fornecimento.

Piracanjuba/GO, aos 20 dias do mês de agosto do ano de 2024

Jacqueline Silva Campos

Agente de Contratação

Pregoeira Oficial



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2024

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente termo de referência tem como objeto a contratação de empresas aptas no fornecimento eventual e sob demanda de gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), atendendo as necessidades das Unidades Escolares Municipais e da Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, a ser pago com Fundo Municipal de Educação – FME e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, nos termos da tabela abaixo e, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	Abacate de primeira qualidade, fresco, com casca lisa, sem ferimentos ou podridão, e isento de danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	Kg	1.200	R\$ 8,20	R\$ 9.840,00
02	Abacaxi tipo pérola, com casca firme, sem manchas, ferimentos, podridão ou deformação, e isento de danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	Un	1.000	R\$ 7,50	R\$ 7.500,00
03	Abóbora tipo cabotiá, de primeira qualidade, com casca firme, sem manchas, ferimentos, podridão ou deformação, e isenta de danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	Kg	600	R\$ 6,45	R\$ 3.870,00
04	Abobrinha verde, fresca, média, com casca lisa e lustrosa, sem manchas, sem sinais de apodrecimento, isenta de defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades ou substâncias estranhas.	Kg	400	R\$ 5,88	R\$ 2.352,00
05	Açafrão em pó, embalagem de 100 g, de primeira qualidade, fabricado a partir de matéria-prima pura e isento de impurezas. Na embalagem, deverá constar a data de fabricação e o número de lote do produto. Validade mínima de 6	Un	100	R\$ 7,72	R\$ 772,00



	(seis) meses a partir da data de entrega				
06	Achocolatado em pó, diet, embalagem de 210 g, fonte de cálcio e fibras. Ingredientes: maltodextrina, cacau lecitinado, minerais (ferro, zinco e selênio), vitaminas A, B6, B1 e B2, nicotinamida, ácido pantotênico e ácido fólico. Edulcorantes artificiais: ciclamato de sódio, aspartame, sacarina sódica, acessulfame de potássio, aromatizante e antiúmectante (dióxido de silício). Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	10	R\$ 16,11	R\$ 161,10
07	Achocolatado em pó, embalagem de 400 g, contendo açúcar, cacau, extrato de malte, sal, soro de leite em pó, leite desnatado em pó, contendo no mínimo as vitaminas A, B2, B6 e B1, estabilizante lecitina de soja e aromatizantes. Data de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referências: Italc, Nescau, Toddy, similar ou de melhor qualidade.	Un	500	R\$ 13,03	R\$ 6.515,00
08	Açúcar, na cor branca, pacotes de 5 kg, embalagem plástica, íntegra, resistente, vedada hermeticamente, contendo dados de identificação e procedência, número de lote e data de fabricação. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses, a partir da data de entrega, de acordo com as normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA.	Un	850	R\$ 26,16	R\$ 22.236,00
09	Adoçante dietético, líquido, 100% stévia. Ingredientes: Água, edulcorantes naturais (glicosídeos de steviol). Conservantes: benzoato de sódio, sorbato de potássio, acidulante ácido cítrico. Sem aspartame, ciclamato, sacarina ou acessulfame K. Embalagem com 80 ml, contendo prazo de validade mínima de 2 (dois) anos a partir da data de entrega. Referências: Finn, Linea, Stevita, similar ou melhor	Un	15	R\$ 11,95	R\$ 179,25



	qualidade.				
10	Água mineral sem gás, em embalagem de copo transparente de 200 ml, contendo informações do fabricante, data de envasamento e número do lote. Aspecto límpido e sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega.	Un	1.500	R\$ 2,33	R\$ 3.495,00
11	Água mineral sem gás, em embalagem PET transparente de 500 ml, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade. Aspecto límpido e sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referências: Indaiá, Cristal, Schin, similar ou melhor qualidade.	Un	4.000	R\$ 0,93	R\$ 3.720,00
12	Alface de primeira qualidade, padrão médio, com folhas íntegras e firmes, sem manchas ou danos mecânicos, livre de larvas ou parasitas, servidas no palito.	Palito	1.000	R\$ 9,29	R\$ 9.290,00
13	Alho de cabeça de primeira qualidade, com aparência fresca e sã, colhidos ao atingir o grau completo de evolução, em perfeito estado de desenvolvimento, isento de defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades ou substâncias estranhas.	Kg	700	R\$ 31,05	R\$ 21.735,00
14	Ameixa Roxa (<i>Prunus salicina</i>), com maturação adequada para consumo, textura e consistência de fruta fresca de primeira qualidade, in natura, com características organolépticas (cor, odor, textura, aparência, sabor) preservadas, sem danos químicos, físicos e biológicos. Apresentando um grau de maturação que permita suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo, sem presença de sujidades, parasitos e larvas.	Kg	30	R\$ 26,29	R\$ 788,70



15	Amendoim para consumo direto ou uso culinário, livre de impurezas e danos, em embalagem de 500 g, contendo data de fabricação e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	150	R\$ 7,65	R\$ 1.147,50
16	Amido de milho em embalagem de 500 g, contendo data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega	Un	200	R\$ 4,78	R\$ 956,00
17	Apresentado de carne bovina mista, resfriado, em fatias médias, em embalagem que contenha informações da data de manipulação e validade. O produto deve ser embalado em plástico transparente, limpo, resistente e que garanta a qualidade até o momento do consumo, mantendo o aspecto próprio de cor e odor característico do produto. Referência: Sadia, Seara, Perdigão, similar ou melhor qualidade.	Kg	500	R\$ 15,24	R\$ 7.620,00
18	Arroz branco tipo I, longo fino, em pacote de 5 kg, embalagem plástica íntegra, resistente e vedada hermeticamente, isento de parasitas, contendo dados de identificação e procedência, número do lote e data de envasamento. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, conforme as normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA. Referência: Cristal, Tio Jorge, Tio João, similar ou melhor qualidade.	Un	2.300	R\$ 43,17	R\$ 99.291,00
19	Arroz integral constituído de grãos inteiros, com umidade permitida por lei, isento de sujidades, materiais estranhos, parasitas e larvas, acondicionado em pacote de 1 kg. Deverá apresentar validade mínima de 3 (três) meses a partir da data de entrega.	Un	150	R\$ 8,50	R\$ 1.275,00
20	Aveia em flocos, com grãos laminados, rica em fibra alimentar, fonte de ferro,	Un	1.500	R\$ 7,87	R\$ 11.805,00



	magnésio, zinco, vitaminas A, B1, B6 e D, com cor, aroma e sabor característicos, sem quaisquer adulterações ou contaminações. Na embalagem, deverão constar os ingredientes, tabela nutricional, data de fabricação, validade e número do lote. Embalagem contendo 500 g.				
21	Azeite de oliva extra virgem, embalagem em vidro contendo 250 ml. Referência: Andorinha, Borges, La Violetera, Galo, similar ou melhor qualidade.	Un	10	R\$ 33,84	R\$ 338,40
22	Azeitonas verdes inteiras, sem caroço, em conserva, embalagem de 300 g, com informações do fabricante, data de fabricação e número de lote. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	100	R\$ 6,27	R\$ 627,00
23	Bacon tipo fatiado, defumado, acondicionado em embalagem adequada, com informações do fabricante, número de lote e registro no órgão competente. Deverá ter data de validade superior a 30 (trinta) dias a partir da data de entrega do produto.	Kg	50	R\$ 35,30	R\$ 1.765,00
24	Bala mastigável, sabores de frutas sortidas, embalagem de 600 g, com informações do fabricante, data de fabricação e número de lote. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	50	R\$ 14,77	R\$ 738,50
25	Banana maçã madura, em pencas, com tamanho e coloração uniformes, polpa firme e intacta, sem sinais de apodrecimento, isenta de danos físicos oriundos do manuseio e do transporte.	Kg	2.500	R\$ 10,16	R\$ 25.400,00
26	Banana marmelo madura, em pencas, com tamanho e coloração uniformes, polpa firme e intacta, sem sinais de apodrecimento, sem danos físicos	Kg	20	R\$ 12,52	R\$ 250,40



	oriundos do manuseio e do transporte.				
27	Banana prata madura, em pencas, com tamanho e coloração uniformes, polpa firme e intacta, sem sinais de apodrecimento, isenta de danos físicos oriundos do manuseio e do transporte.	Kg	3.800	R\$ 6,58	R\$ 25.004,00
28	Banana terra madura, em pencas, com tamanho e coloração uniformes, polpa firme e intacta, sem sinais de apodrecimento, sem danos físicos oriundos do manuseio e do transporte.	Kg	20	R\$ 8,92	R\$ 178,40
29	Batata doce média, com casca firme, sem manchas, sem sinais de apodrecimento, isenta de defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades ou substâncias estranhas.	Kg	500	R\$ 5,97	R\$ 2.985,00
30	Batata inglesa média, com casca firme, lisa e íntegra, sem manchas e sem sinais de apodrecimento, isenta de defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades ou substâncias estranhas.	Kg	1.000	R\$ 5,30	R\$ 5.300,00
31	Batata palha em embalagem de 800 g, contendo informações nutricionais, data de fabricação, validade e número do lote. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega. Referência: Elmas, Freetaz, Kevitoz, similar ou melhor qualidade.	Un	50	R\$ 25,09	R\$ 1.254,50
32	Bebida saborizada, sabor artificial de chocolate, em embalagem tetra pak de 1 L, à base de soro de leite e/ou soro de leite em pó reconstituído, leite integral e/ou leite em pó integral reconstituído, açúcar, calda de cacau, creme de leite, amido modificado, cloreto de sódio, vitaminas A e D, estabilizantes celulose micro cristalina, fosfato trissódico, fosfato dissódico e citrato de sódio, aromatizante e espessantes carboximetilcelulose	Un	80	R\$ 13,18	R\$ 1.054,40



	sódica e carragena. Referência: Italac, Nescau, Piracanjuba ou similar, com qualidade igual ou superior.				
33	Beterraba fresca, com casca firme, sem sinais de apodrecimento, isenta de defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades ou substâncias estranhas.	Kg	400	R\$ 5,71	R\$ 2.284,00
34	Biscoito integral de leite, sem gorduras trans, em embalagem de 75 g, com informações nutricionais e data de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	600	R\$ 9,68	R\$ 5.808,00
35	Biscoito tipo maizena zero lactose, em embalagem de 330 g, com identificação do produto, dos ingredientes, descrição da ausência de lactose, informações nutricionais, data de fabricação, número do lote e prazo de validade mínima de 3 (três) meses a partir da data de entrega.	Un	100	R\$ 9,44	R\$ 944,00
36	Bolacha água e sal, em embalagem de 330 g, contendo informações nutricionais, data de fabricação e número do lote. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Mabel, Marilan, Tostines, similar ou melhor qualidade.	Un	100	R\$ 6,83	R\$ 683,00
37	Bolacha tipo maizena, embalagem de 330 g, contendo tabela nutricional, data de fabricação, validade e número do lote do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Mabel, Marilan, Tostines, similar ou melhor qualidade.	Un	100	R\$ 6,08	R\$ 608,00
38	Bolacha tipo rosquinha sabor coco, em embalagem de 600 g, contendo tabela nutricional, data de fabricação, número de lote do produto e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Mabel, Rancheiro, Micos,	Un	50	R\$ 9,90	R\$ 495,00



	similar ou melhor qualidade.				
39	Brócolis fresco, de aspecto médio, firme, em maço, sem manchas ou danos mecânicos, e isento de larvas ou parasitas.	Un	400	R\$ 11,46	R\$ 4.584,00
40	Cacau em pó 100%, sem adoçantes artificiais, aromatizante artificial, lactose e açúcar, livre de corantes artificiais e conservantes. Embalagem de 500 g, com validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	3.000	R\$ 24,25	R\$ 72.750,00
41	Café torrado e moído, pacote de 500 g, tradicional, acondicionado em pacote aluminizado e embalado à vácuo.	Un	250	R\$ 14,09	R\$ 3.522,50
42	Caldo de carne em cubos, embalagem de 114 g, contendo data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Knorr, Maggi, Arisco, similar ou melhor qualidade.	Un	10	R\$ 4,86	R\$ 48,60
43	Caldo de galinha em cubos, embalagem de 114 g, contendo data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Knorr, Maggi, Arisco, similar ou melhor qualidade.	Un	10	R\$ 4,65	R\$ 46,50
44	Canela da Índia em casca, de primeira qualidade, embalagem de 30 g. Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade e número de lote do produto. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	10	R\$ 7,86	R\$ 78,60
45	Canela em pó, de primeira qualidade, embalagem de 30 g. Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade e número de lote do produto. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	10	R\$ 3,71	R\$ 37,10



46	Cará padrão médio, com casca firme e íntegra, sem manchas, sem sinais de apodrecimento, isento de defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades ou substâncias estranhas.	Kg	600	R\$ 8,11	R\$ 4.866,00
47	Carne bovina de primeira (Coxão mole e/ou Patinho), fresca, com aspecto próprio da espécie, não amolecida, e com cor e odor característicos do produto. A carne deve ser embalada em saco plástico transparente, limpo e resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo.	Kg	4.000	R\$ 32,46	R\$ 129.840,00
48	Carne bovina de segunda (paleta, músculo traseiro, lombão e/ou peixinho), fresca, com aspecto próprio da espécie, não amolecida, e com cor e odor característicos do produto. A carne deve ser embalada em saco plástico transparente, limpo e resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo.	Kg	8.000	R\$ 28,97	R\$ 231.760,00
49	Carne bovina tipo costela, resfriada, fresca, com aspecto próprio da espécie, não amolecida, e com cor e odor característicos do produto. A carne deve ser embalada em saco plástico transparente, limpo e resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo.	Kg	200	R\$ 19,45	R\$ 3.890,00
50	Carne de peixe, filé de tilápia de primeira qualidade, sem pele, sem couro, sem espinha ou escamas, in natura, congelado, em pacotes de 400 g. Cada embalagem deve conter data de validade e número do lote, conforme legislação vigente. Os pacotes serão acondicionados em caixas de papelão, em perfeitas condições estruturais, padronizados e lacrados,	Un	1.500	R\$ 45,77	R\$ 68.655,00



	isentos de substâncias estranhas que sejam impróprias para o consumo e que alterem suas características naturais. Deverão ser rotulados conforme a legislação vigente, incluindo data de processamento, validade, número de registro nos órgãos competentes e valores nutricionais. O produto deverá ser entregue sob refrigeração.				
51	Carne suína (pernil sem osso), fresca, com aspecto próprio da espécie, não amolecida, e com cor e odor característicos do produto. A carne deve ser embalada em saco plástico transparente, limpo e resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo.	Kg	2.700	R\$ 16,80	R\$ 45.360,00
52	Cebola compacta e firme, com casca lustrosa, sem lesões de origem física, apodrecimento, perfurações ou cortes.	Kg	2.500	R\$ 9,04	R\$ 22.600,00
53	Cebola roxa, compacta e firme, com casca lustrosa, sem lesões de origem física, apodrecimento, perfurações ou cortes.	Kg	500	R\$ 11,66	R\$ 5.830,00
54	Cebolinha verde de primeira qualidade, fresca (em maço)	Maço	50	R\$ 3,68	R\$ 184,00
55	Cenoura média, com casca lisa, firme e lustrosa, sem manchas, sinais de apodrecimento, perfurações ou cortes.	Kg	1.800	R\$ 8,16	R\$ 14.688,00
56	Chá de sabores variados, para uso alimentício, caixa contendo no mínimo 10 (dez) sachês.	Cx	50	R\$ 3,88	R\$ 194,00
57	Chocolate tipo bombom, embalagem de 1 kg, contendo informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Lacta, Nestlé, Garoto, Bonobom similar ou melhor qualidade.	Un	80	R\$ 54,33	R\$ 4.346,40



58	Chuchu com casca firme, sem lesões de origem física, apodrecimento, perfurações ou cortes.	Kg	500	R\$ 5,50	R\$ 2.750,00
59	Coco ralado, produto de boa qualidade, desidratado e parcialmente desengordurado, sem adição de açúcar, isento de substâncias estranhas em sua composição. Embalagem de 100 g, com registro no Ministério da Saúde, data de empacotamento e prazo de validade aparente. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Socôco, Ducôco, Mais côco, similar ou melhor qualidade.	Un	800	R\$ 6,76	R\$ 5.408,00
60	Coentro fresco, de primeira qualidade (maço).	Maço	50	R\$ 3,33	R\$ 166,50
61	Couve, folhas de padrão médio, em maços, firmes, sem manchas ou danos mecânicos, e sem larvas ou parasitas (maço).	Maço	1.000	R\$ 5,30	R\$ 5.300,00
62	Couve-flor, in natura, fresca, tipo média híbrida, nova, firme e compacta, com buquês bem fechados de cor branca ou creme, sem manchas escuras e sem sinais de murcho, com talos firmes. Isenta de sujidades, enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes e quaisquer materiais que comprometam a sua qualidade.	Un	400	R\$ 9,87	R\$ 3.948,00
63	Creme de cebola em envelope de 68 g, para uso culinário, ideal para temperar carnes, frangos, peixes, saladas e legumes, e para preparação de molhos, cremes, assados, grelhados, ensopados, pães e massas. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	100	R\$ 6,89	R\$ 689,00
64	Creme de leite em embalagem Tetra Pak de 1 kg, contendo informações do fabricante, data de fabricação, lote e validade. Apresenta aspecto límpido e	Un	50	R\$ 22,81	R\$ 1.140,50



	sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.. Referência: Italc, Nestlé, Piracanjuba, similar ou melhor qualidade.				
65	Creme de leite em embalagem Tetra Pak de 200 g, contendo informações do fabricante, data de fabricação, lote e validade. Apresenta aspecto límpido e sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Nestlé, Piracanjuba, Mococa, similar ou melhor qualidade.	Un	75	R\$ 4,18	R\$ 313,50
66	Doce de leite pastoso em embalagem de 800 g, contendo informações do fabricante, tabela nutricional, data de fabricação e lote. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega	Un	15	R\$ 17,37	R\$ 260,55
67	Erva Mate 100% natural, tostada a granel, em embalagem de 250 g, contendo informações do fabricante, data de fabricação, lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Matte Leão, Mate Real, Dr. Oetker, similar ou melhor qualidade.	Un	10	R\$ 9,56	R\$ 95,60
68	Ervilha enlatada, conforme NTA 02 e 31 (Decreto 12.486 de 20/10/78) e demais legislações vigentes aplicáveis ao produto. Ingredientes: ervilha e água, sem adição de sal e açúcar. Apresenta características de cor, sabor, odor e textura próprios do ingrediente, com uniformidade de tamanho e formato. Embalagem de 200 g com peso drenado de 170 g, em lata de folha de flandres com vernizes sanitários, fechada, esterilizada, intacta, sem amassados ou ferrugens. As informações nutricionais e ingredientes são apresentadas de forma indelével diretamente na embalagem do produto, não na forma de etiqueta colada. Validade	Un	2.000	R\$ 4,23	R\$ 8.460,00



	mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.				
69	Espinafre fresco, folhas de padrão médio, integras, firmes, sem manchas ou danos mecânicos. (maço)	Maço	50	R\$ 6,79	R\$ 339,50
70	Extrato de tomate concentrado em lata íntegra de 340 g, com consistência firme, feito de polpa de tomate concentrada. Contém data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Elefante, Heinz, Goialli, similar ou melhor qualidade.	Un	5.000	R\$ 5,45	R\$ 27.250,00
71	Farinha de mandioca tipo biju, caseira, fabricada a partir de matérias-primas limpas, isentas de matéria terrosa e parasitas, e não podem estar úmidas. Embalagem íntegra de 500 g. Na embalagem deve constar dados do fabricante, registro do órgão de fiscalização, data de fabricação, validade e número de lote do produto. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	980	R\$ 9,15	R\$ 8.967,00
72	Farinha de trigo tipo I, enriquecida com ácido fólico e ferro, em embalagem de 1 kg, contendo tabela nutricional, data de fabricação e número de lote. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência: Cristal, Dona Benta, Emegê, similar ou melhor qualidade.	Un	7.000	R\$ 7,61	R\$ 53.270,00
73	Feijão Carioca tipo I, in natura, em pacote de 1 kg, com grãos de tamanhos e formas naturais, limpos, secos, isentos de matéria terrosa e parasitas. A embalagem deve conter data de fabricação, data de validade e número do lote do produto, com validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Barão, Cristal, Grão Dourado, similar ou	Un	3.000	R\$ 7,73	R\$ 23.190,00



	melhor qualidade.				
74	Fermento biológico em pó, seco, para uso na fabricação de pães, rosas e tortas, em envelopes de 10 g.	Un	6.000	R\$ 2,46	R\$ 14.760,00
75	Fermento químico em pó, em embalagem de 250 g, contendo tabela nutricional, data de fabricação, validade e número do lote. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	800	R\$ 11,30	R\$ 9.040,00
76	Fórmula Infantil NAN Soja, em embalagem de 800 g, da marca Nestlé. Indicada para bebês de 0 a 12 meses, é uma fórmula infantil à base de soja que auxilia no crescimento físico e mental. Contém DHA e ARA, e é zero lactose. Ingredientes: maltodextrina, proteína isolada de soja*, oleína de palma, óleo de soja, óleo de coco, minerais (fosfato de cálcio, citrato de cálcio, cloreto de potássio, fosfato de magnésio dibásico, citrato de potássio, cloreto de sódio, sulfato de zinco, sulfato ferroso, sulfato de cobre e iodeto de potássio), óleo de cártamo, vitaminas (L-ascorbato de sódio, cloreto de colina, acetato de DL- α -tocoferila, nicotinamida, D-pantotenato de cálcio, riboflavina, acetato de retinila, cloridrato de piridoxina, tiamina mononitrato, ácido N-pteróil-L-glutâmico, filoquinona, D-biotina, colecalciferol e cianocobalamina), L-metionina, óleo de <i>Cryptocodinium cohnii</i> , óleo de <i>Mortierella alpina</i> , óleo de girassol, lecitina de soja, taurina, L-carnitina e regulador de acidez hidróxido de potássio. Não contém leite ou produtos lácteos. Contém derivados de soja. Não contém glúten. Na embalagem deverá conter tabela nutricional, data de fabricação, número do lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	30	R\$ 64,08	R\$ 1.922,40



77	Frango (coxa e sobrecoxa), com dorso, resfriado, de primeira qualidade, com cor e odor característicos da espécie. A carne deve ser embalada em saco plástico transparente, limpo e resistente, garantindo a integridade do produto até o momento do consumo, com data de empacotamento e validade visíveis na embalagem.	Kg	1.500	R\$ 11,58	R\$ 17.370,00
78	Frango (peito com osso), resfriado, de primeira qualidade, com cor e odor característicos da espécie. A carne deve ser embalada em saco plástico transparente, limpo e resistente, garantindo a integridade do produto até o momento do consumo, com data de empacotamento e validade visíveis na embalagem.	Kg	2.000	R\$ 15,99	R\$ 31.980,00
79	Frango (peito sem osso), resfriado, de primeira qualidade, com cor e odor característicos da espécie. A carne deve ser embalada em saco plástico transparente, limpo e resistente, garantindo a integridade do produto até o momento do consumo, com data de empacotamento e validade visíveis na embalagem.	Kg	5.000	R\$ 20,77	R\$ 103.850,00
80	Frango inteiro de primeira qualidade, com cor e odor característicos da espécie, contendo fígado, pés e moela. Embalagem plástica transparente, limpa, resistente, congelada, com data de empacotamento e validade visíveis na embalagem.	Kg	200	R\$ 11,42	R\$ 2.284,00
81	Fubá tipo mimoso, em embalagem de 500 g, isento de parasitas, com embalagem contendo data de fabricação, número do lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	1.500	R\$ 4,77	R\$ 7.155,00
82	Garrafão de água mineral de 20 litros, contendo informações do fabricante, data de envasamento e número do lote.	Un	40	R\$ 13,83	R\$ 553,20



	Apresenta aspecto límpido e sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima do líquido de 6 (seis) meses a partir da data da entrega.				
83	Gelatina de sabores variados, 20 g, contendo data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Sol, Santa Amália, Apti, similar ou melhor qualidade.	Un	200	R\$ 2,23	R\$ 446,00
84	Gelatina diet em pó, sabores variados, embalagem com no mínimo 12 g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, validade e peso líquido. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega.	Un	50	R\$ 3,31	R\$ 165,50
85	Geleia, linha diet, peso líquido de 280 g. Ingredientes: frutas 50% (amora, morango ou framboesa), edulcorantes sorbitol, glicosídeo de esteviol (stévia) e sucralose, fosfato tricálcio (cálcio), estabilizante pectina de fruta, suco concentrado de limão, conservador sorbato de potássio. A embalagem deverá conter data de fabricação, número do lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	30	R\$ 20,35	R\$ 610,50
86	Goiaba de primeira qualidade, apresentando condições que permitem suportar a manipulação, transporte e conservação adequados para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	3.500	R\$ 7,54	R\$ 26.390,00
87	Goiabada em embalagem de 1,01 kg, contendo tabela nutricional, data de fabricação, número do lote e validade. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Val, Só Fruta, Predilecta, similar ou melhor qualidade.	Un	300	R\$ 23,59	R\$ 7.077,00



88	Granola sem adição de açúcar, contendo frutas secas e oleaginosas, preparados com matérias primas integrais. Não poderá conter açúcar, adoçante e nem corante artificial. A embalagem deve estar intacta e bem vedada, isenta de mofo, substâncias nocivas, odores ou sabor diferente da composição normal. Deve constar na embalagem data de fabricação, data de validade, informação nutricional e ingredientes. Prazo de validade mínimo de 4 (quatro) meses a partir da data de entrega. Embalagem em saco atóxico, com capacidade para 500 g.	Un	50	R\$ 12,93	R\$ 646,50
89	Granulado macio, sabor chocolate, embalagem de 500 g, contendo data de fabricação, número do lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	10	R\$ 14,60	R\$ 146,00
90	Iogurte integral adoçado, sabores variados, produzido com leite pasteurizado integral, sem adição de soro de leite, de consistência cremosa, com qualidade estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde (MS) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Embalagem contendo 120 g.	Un	30.000	R\$ 4,10	R\$ 123.000,00
91	Iogurte integral adoçado, sabores variados, produzido com leite pasteurizado integral, sem adição de soro de leite, de consistência cremosa, com qualidade estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde (MS) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Embalagem contendo 850 g.	Un	50	R\$ 11,87	R\$ 593,50
92	Iogurte natural em embalagem de 160 g, com especificações do produto, informações do fabricante, data de	Un	300	R\$ 4,78	R\$ 1.434,00



	fabricação, prazo de validade e número do lote. Ingredientes: leite integral, leite em pó e fermentos lácteos. Isento de sujidades, contaminações ou corpos estranhos. Produto com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). Validade mínima de 30 (trinta) dias a contar da data da entrega.				
93	Jiló com casca firme, lisa e íntegra, sem manchas e sem sinais de apodrecimento, isento de defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades ou substâncias estranhas.	Kg	200	R\$ 8,53	R\$ 1.706,00
94	Ketchup tradicional, em embalagem de 1,01 kg, contendo data de fabricação, número do lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	50	R\$ 12,04	R\$ 602,00
95	Kiwi (Actinidia deliciosa), fruta firme e íntegra, com textura e consistência de fruta fresca de primeira qualidade, in natura. Apresenta características organolépticas (cor, odor, textura, aparência, sabor) preservadas, sem danos químicos, físicos e biológicos. Apresenta grau de maturação que permite suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isento de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	30	R\$ 15,02	R\$ 450,60
96	Laranja pêra, de padrão médio, madura, com casca lisa e polpa suculenta, íntegra, sem sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Kg	8.000	R\$ 6,95	R\$ 55.600,00
97	Leite condensado, embalagem Tetra Pak de 395 g, sem glúten, contendo data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Nestlé, Itambé, Piracanjuba,	Un	50	R\$ 6,08	R\$ 304,00



	similar ou melhor qualidade.				
98	Leite de soja original, combinação da proteína da soja com 0% lactose e 0% colesterol. Fonte de minerais como cálcio, zinco, e vitaminas A, B2, B6, B12, C, D, E e ácido fólico. Embalagem Tetra Pak de 1 L, contendo data de fabricação, número de lote e validade. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Ades, Soy, Batavo, similar ou melhor qualidade.	Un	220	R\$ 14,20	R\$ 3.124,00
99	Leite integral em pó, embalagem de 380 g, enriquecido com ferro, zinco, vitamina A, C, D e sem lactose (0% lactose), obtido por desidratação do leite de vaca e adequado para alimentação de pessoas com intolerância à lactose, mediante processos tecnológicos adequados. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	150	R\$ 12,82	R\$ 1.923,00
100	Leite Integral, embalagem Tetra Pak de 1 L, contendo data de fabricação, número de lote e validade. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	16.000	R\$ 6,94	R\$ 111.040,00
101	Leite sem lactose, embalagem Tetra Pak de 1 L, contendo data de fabricação, número de lote e validade. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	500	R\$ 8,51	R\$ 4.255,00
102	Limão Taiti, com casca lisa, sem sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Kg	20	R\$ 5,39	R\$ 107,80
103	Linguiça calabresa defumada, acondicionada em embalagem adequada, contendo informações do fabricante, número de lote e registro no órgão competente, com data de validade superior a 30 (trinta) dias a partir da data de entrega do produto. Referência: Sadia, Perdigão, Seara, similar ou melhor	Kg	30	R\$ 22,23	R\$ 666,90



	qualidade.				
104	Linguiça de frango fresca, resfriada, à base de carne de frango temperada sem pimenta, acondicionada em embalagem adequada, com informações do fabricante, número de lote e registro no órgão competente (SIF ou SIM), com data de validade superior a 30 (trinta) dias a partir da data de entrega do produto.	Kg	1.500	R\$ 17,31	R\$ 25.965,00
105	Maçã Fuji, com casca lisa, íntegra, sem sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Kg	6.000	R\$ 11,83	R\$ 70.980,00
106	Maçã verde de primeira qualidade, tamanho médio uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firme e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa. Apresenta grau de maturação adequado para manipulação, transporte e consumo.	Kg	30	R\$ 22,85	R\$ 685,50
107	Macarrão espaguete à base de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico, com ovos. Embalagem plástica resistente e transparente, contendo 500 g do produto. Rotulagem com informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Emegê, Barilla, Petybon, ou similar qualidade superior. Referência: Emegê, Barilla, Petybon, similar ou melhor qualidade.	Un	4.000	R\$ 4,06	R\$ 16.240,00
108	Macarrão integral tipo espaguete, submetido a processo de secagem, acondicionado em saco de polietileno íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo 500 g de peso líquido. A embalagem deve conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, data de fabricação, data de validade, condições de armazenagem, quantidade	Un	150	R\$ 6,44	R\$ 966,00



	do produto e registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. O produto deve apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.				
109	Macarrão integral tipo parafuso, submetido a processo de secagem, acondicionado em saco de polietileno íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo 500 g de peso líquido. A embalagem deve conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, data de fabricação, data de validade, condições de armazenagem, quantidade do produto e registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. O produto deve apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Un	150	R\$ 5,16	R\$ 774,00
110	Macarrão integral tipo pene, submetido a processo de secagem, acondicionado em saco de polietileno íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo 500 g de peso líquido. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, data de fabricação, data de validade, condições de armazenagem, quantidade do produto e registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Un	150	R\$ 8,95	R\$ 1.342,50
111	Macarrão tipo lasanha à base de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico, com ovos. Embalagem plástica resistente e transparente, contendo 500 g do produto. Rotulagem com informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 (seis) meses a partir da data	Un	150	R\$ 14,07	R\$ 2.110,50



	de entrega. Referência: Emegê, Barilla, Petybon, similar ou melhor qualidade.				
112	Macarrão tipo padre nosso à base de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico, com ovos. Embalagem plástica resistente e transparente, contendo 500 g do produto. Rotulagem com informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Emegê, Barilla, Petybon similar ou melhor qualidade.	Un	600	R\$ 3,99	R\$ 2.394,00
113	Macarrão tipo parafuso à base de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico, com ovos. Embalagem plástica resistente e transparente, contendo 500 g do produto. Rotulagem com informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Emegê, Barilla, Petybon similar ou melhor qualidade.	Un	1.000	R\$ 4,00	R\$ 4.000,00
114	Maionese em embalagem de 700 g, com reduzido teor de lipídios, feita com ovos e óleos vegetais, apresentando cor e sabor característicos do produto. Contém tabela nutricional, data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	80	R\$ 7,53	R\$ 602,40
115	Mamão Formosa com casca firme, sem rachaduras, partes escuras; sem sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Kg	1.000	R\$ 6,73	R\$ 6.730,00
116	Mandioca descascada, limpa e sem manchas, congelada, de primeira qualidade, em pacote de 1 kg. Deve conter especificações do local de origem do produto, peso, data de embalagem e validade de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Pct	500	R\$ 8,21	R\$ 4.105,00



117	Manga Tomy com casca firme, sem rachaduras, partes escuras, sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Kg	100	R\$ 8,86	R\$ 886,00
118	Manteiga de leite de primeira qualidade, com sal, em embalagem de 500 g. Deve conter data de fabricação, número de lote e validade superior a 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Piracanjuba, Itambé, Compleite, similar ou melhor qualidade. Referência: Piracanjuba, Itambé, Compleite, similar ou melhor qualidade.	Un	1.300	R\$ 20,50	R\$ 26.650,00
119	Margarina vegetal com sal, alimento resultante da emulsão estável de óleos e/ou gorduras vegetais comestíveis com leite, contendo no mínimo 65% de lipídios, sem gordura trans. Deve estar acondicionada em pote de 500 g, com tabela nutricional, data de fabricação, validade e número de lote especificados. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Qualy, Delícia, Claybom, similar ou melhor qualidade.	Un	500	R\$ 8,52	R\$ 4.260,00
120	Melancia de casca firme, lustrosa e sem manchas escuras, sem lesões de origem física, perfurações ou cortes.	Kg	10.000	R\$ 4,74	R\$ 47.400,00
121	Melão de casca firme e lustrosa, sem manchas escuras, lesões, perfurações ou sinais de apodrecimento.	Kg	35	R\$ 6,56	R\$ 229,60
122	Mexerica de primeira qualidade, de tamanho médio, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firme e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa. Apresentando grau de maturação adequado para manipulação, transporte e consumo.	Kg	3.500	R\$ 6,67	R\$ 23.345,00
123	Milho em conserva, lata de 280 g com peso drenado de 170 g, com informações do fabricante, data de fabricação, número	Un	30	R\$ 3,73	R\$ 111,90



	de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.				
124	Milho para pipoca tipo 1, classe amarela, embalagem de 500 g, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade. Isento de substâncias estranhas, com aspecto límpido e sem impurezas. Validade mínima de 3 (três) meses a partir da data de entrega Referência: Yoki, Sinhá, Pachá, similar ou melhor qualidade.	Un	150	R\$ 3,97	R\$ 595,50
125	Milho tipo canjica, embalagem de 500 g, com validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Grãos de tamanhos e formas naturais, limpos, secos e isentos de parasitas. A embalagem deve conter data de fabricação e número do lote do produto.	Un	150	R\$ 5,32	R\$ 798,00
126	Milho Verde tipo espiga, de primeira qualidade, fresco, sem casca, embalado com informações de procedência do produtor. Sem partes escuras, sinais de apodrecimento ou danos mecânicos (bandeja com 5 unidades).	Bj	1.000	R\$ 8,27	R\$ 8.270,00
127	Molho de mostarda, em embalagem de 190 g, contendo data de fabricação, número do lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	50	R\$ 4,33	R\$ 216,50
128	Molho shoyu, em embalagem contendo 145 ml, com data de fabricação, número do lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	20	R\$ 2,96	R\$ 59,20
129	Morangos em embalagem média, frescos e sem sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Bj	30	R\$ 12,51	R\$ 375,30
130	Óleo de soja refinado, em embalagem transparente de 900 ml, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade. Isento de	Un	8.000	R\$ 6,66	R\$ 53.280,00



	substâncias estranhas à sua composição, com aspecto límpido e sem impurezas, à temperatura de 25°C, com cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Soya, Liza, Cristal, similar ou melhor qualidade.				
131	Orégano de primeira qualidade, pacote com 15 g, contendo rótulo com marca, peso líquido, data de fabricação e validade. Produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	Un	500	R\$ 5,51	R\$ 2.755,00
132	Ovos tipo II, branco médio, com casca limpa, íntegra e sem deformações. Na embalagem deve constar a data de fabricação, data de validade e número de lote. Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	Dz	10.000	R\$ 13,55	R\$ 135.500,00
133	Palmito inteiro, em conserva, em embalagem de vidro de 300 g, contendo data de fabricação, número de lote e validade superior a 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	20	R\$ 25,03	R\$ 500,60
134	Pão de forma de trigo branco, isento de gordura trans, margarina e gordura vegetal não especificada, fatiado, em embalagem de 500 g. Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	Un	1.600	R\$ 7,00	R\$ 11.200,00
135	Pão de hot dog fresco, de 50 g.	Kg	100	R\$ 7,41	R\$ 741,00
136	Pão doce tipo brioche, fresco, de 40 g	Kg	100	R\$ 27,13	R\$ 2.713,00
137	Pão doce tipo pão de milho, fresco, de 40 g.	Kg	1.800	R\$ 8,54	R\$ 15.372,00
138	Pão doce tipo sovado, fresco, de 40 g.	Kg	200	R\$ 9,56	R\$ 1.912,00
139	Pão francês fresco, de 50 g.	Kg	7.000	R\$ 12,85	R\$ 89.950,00



140	Pão integral contendo no mínimo: farinha de trigo integral, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, óleo vegetal, sal e fermento, fatiado. Embalagem de 450 g, devendo constar informações do fabricante, data de fabricação, data de validade e informação nutricional conforme a legislação sanitária vigente. Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	Un	30	R\$ 7,73	R\$ 231,90
141	Pão integral tipo bisnaguinha, com peso médio de 20 g cada unidade, contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral e/ou grãos integrais, açúcar, sal, óleo vegetal e fermento. O produto deverá estar isento de sujidades e bolores, apresentando-se macio, com sabor e odor característicos. Embalagem de 300 g, plástico transparente atóxico, unidades do produto devidamente lacradas, devendo constar informações do fabricante, data de fabricação, data de validade e informação nutricional conforme a legislação sanitária vigente. Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	Un	30	R\$ 11,14	R\$ 334,20
142	Pão tipo bisnaguinha com peso médio de 20 g cada unidade, contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, óleo vegetal e fermento. O produto deverá estar isento de sujidades e bolores, apresentando-se macio, com sabor e odor característicos. Embalagem com 300 g, plástico transparente atóxico, unidades do produto devidamente lacradas, devendo constar informações do fabricante, data de fabricação, data de validade e informação nutricional conforme a legislação sanitária vigente. Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	Un	30	R\$ 8,61	R\$ 258,30



143	Pepino fresco de primeira qualidade, cor verde, sem sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Kg	400	R\$ 4,53	R\$ 1.812,00
144	Pêra tipo Williams ou portuguesa, primeira qualidade, lisa, tamanho médio, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa. Apresentando grau de maturação adequado para a manipulação, transporte e consumo.	Kg	30	R\$ 13,73	R\$ 411,90
145	Pêssego de primeira qualidade, tamanho médio, firme, uniforme, inteiro, com textura aveludada, sem ferimentos ou defeitos, e sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa. Apresentando grau de maturação adequado para a manipulação, transporte e consumo.	Kg	30	R\$ 12,86	R\$ 385,80
146	Pimenta bode verde, fresca de primeira qualidade, bandeja contendo 70 g.	Bj	15	R\$ 2,86	R\$ 42,90
147	Pimenta-de-cheiro verde, fresca e de primeira qualidade, bandeja contendo 70 g	Bj	30	R\$ 8,07	R\$ 242,10
148	Pimenta-do-reino moída, de primeira qualidade, embalagem de 100 g, fabricada a partir de matéria-prima pura, isenta de impurezas. Na embalagem deverá constar a data de fabricação, validade e número de lote do produto. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	15	R\$ 7,64	R\$ 114,60
149	Pimentão verde, fresco, sem sinais de apodrecimento ou danos mecânicos de transporte.	Kg	50	R\$ 7,96	R\$ 398,00
150	Pirulitos de frutas, sabores sortidos, embalagem de 700 g, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade mínima de 6 (seis)	Un	50	R\$ 13,13	R\$ 656,50



	meses a partir da data de entrega.				
151	Polvilho doce do tipo caseiro, em embalagem de 1 kg, contendo informações do fabricante, data de fabricação e número de lote, sem adição de fécula, com validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Un	1.500	R\$ 10,50	R\$ 15.750,00
152	Queijo muçarela, produto fabricado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semidura, cor branca homogênea, levemente salgado e resfriado, fatias médias, com registro no órgão competente (SIF ou SIM), contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade do produto. Fatias serão cortadas na data da entrega. Referência: Piracanjuba, Batavo, Compleite, similar ou melhor qualidade.	Kg	700	R\$ 45,71	R\$ 31.997,00
153	Queijo ralado tipo Minas, curado e ralado, de primeira qualidade, em embalagem de 1 kg, contendo informações do fabricante, com validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega. Produto elaborado unicamente com leite de vaca, em embalagem transparente e reforçada.	Kg	675	R\$ 41,19	R\$ 27.803,25
154	Queijo tipo Minas, fresco, de boa aparência, embalagem contendo informações do fabricante, com validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega. Produto elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semidura, cor branca homogênea, levemente salgado e resfriado.	Un	800	R\$ 30,36	R\$ 24.288,00
155	Quiabo de primeira qualidade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem presença de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	100	R\$ 6,14	R\$ 614,00



156	Quitandas tipo biscoito/pão de queijo, prontas para consumo.	Kg	120	R\$ 28,91	R\$ 3.469,20
157	Quitandas tipo bolo, sabores variados, prontas para consumo.	Kg	40	R\$ 13,54	R\$ 541,60
158	Quitandas tipo doce sortidas: nhoque, broa de fubá, broa doce de fubá, bolacha champagne, bolacha quebrador, casadinho de goiabada, casadinho de doce de leite, sonho com recheio de goiabada, carolina com recheio de doce de leite e chocolate, lua de mel com recheio de creme de leite ninho, enroladinho de queijo, quitanda tipo bom-bocado, prontas para consumo.	Kg	100	R\$ 32,21	R\$ 3.221,00
159	Quitandas tipo roscas: rosquinhas húngaras, rosca de queijo, rosca fabiana, rosca de coco pequena, prontas para consumo.	Kg	40	R\$ 10,73	R\$ 429,20
160	Quitandas tipo sal assado: empadinha de frango, minipizza, enroladinho de salsicha, esfirra aberta com recheio de carne, croissant com recheio de frango, americano de presunto muçarela/bacon, barquete, torta salgada, prontas para consumo.	Kg	150	R\$ 61,36	R\$ 9.204,00
161	Refrigerante sabor cola zero, composto por água gaseificada, açúcar, extrato de coca, cafeína, corante caramelo, acidulante (INS 338), de qualidade, embalagem PET transparente de 2 L, contendo informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade. Sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega.	Un	200	R\$ 9,83	R\$ 1.966,00
162	Refrigerante sabor cola, composto por água gaseificada, açúcar, extrato de coca, cafeína, corante caramelo, acidulante (INS 338), embalagem PET transparente de 2,5 L, contendo informações do fabricante,	Un	600	R\$ 10,02	R\$ 6.012,00



	data de fabricação, número de lote e validade. Sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.				
163	Refrigerante sabor cola, composto por água gaseificada, açúcar, extrato de coca, cafeína, corante caramelo, acidulante (INS 338), embalagem PET transparente de 2 L, contendo informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade. Sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Coca-Cola, Pepsi, Indaiá, similar ou melhor qualidade.	Un	600	R\$ 9,93	R\$ 5.958,00
164	Refrigerante sabor guaraná, embalagem PET transparente de 2 L, contendo informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade. Sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência, Antártica, Kuat, Indaiá similar ou melhor qualidade.	Un	400	R\$ 6,25	R\$ 2.500,00
165	Refrigerante sabor guaraná, tipo diet, embalagem PET transparente de 2 L, contendo informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade. Sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Antártica, Kuat, Mineiro similar ou melhor qualidade.	Un	200	R\$ 8,11	R\$ 1.622,00
166	Repolho roxo fresco, com tamanho e coloração uniformes, sem partes escuras, larvas ou parasitas, sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Kg	1.000	R\$ 6,68	R\$ 6.680,00
167	Repolho verde fresco, com tamanho e coloração uniformes, sem partes escuras, larvas ou parasitas, sinais de	Kg	1.500	R\$ 4,70	R\$ 7.050,00



	apodrecimento ou danos mecânicos.				
168	Requeijão cremoso, em embalagem de 200 g, contendo data de fabricação, número de lote e validade mínima de 3 (três) meses a partir da data da entrega. Ingredientes: leite integral, creme de leite, cloreto de sódio, cloreto de cálcio, coagulante, fermento lácteo, emulsificantes (INS 450iii, INS 452i, INS451i, INS450v e INS 451iii), regulador de acidez ácido láctico, conservadores sorbato de potássio e nisina.	Un	30	R\$ 9,36	R\$ 280,80
169	Sal refinado iodado, em embalagem de 1 kg, deve constar data de fabricação, número do lote e validade mínima de 3 (três) meses a partir da data da entrega. Referência: Cisne, Cristal, Polar, similar ou melhor qualidade.	Un	700	R\$ 1,88	R\$ 1.316,00
170	Salgadinhos fritos (coxinha de frango, croquete, rissole, quibe recheado de carne, quibe recheado de queijo, bolinha de queijo com Catupiry, pastel de carne), prontos para consumo.	Kg	300	R\$ 55,78	R\$ 16.734,00
171	Salsa fresca, de primeira qualidade (maço).	Maço	20	R\$ 3,68	R\$ 73,60
172	Salsicha de carne mista, resfriada, com cor e aspecto característicos do produto, boa aparência, embalagem contendo informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Sadia, Perdigão, Seara, similar ou melhor qualidade.	Kg	200	R\$ 12,30	R\$ 2.460,00
173	Sardinha enlatada em conserva, eviscerada e descamada, rotulada e esterilizada. Composição: sardinha e óleo de soja. O produto deve estar livre de nadadeiras, cauda e cabeça, pré-cozida. Embalagem em lata metálica de 250 g e 150 g de peso drenado, inviolável, com	Un	8.000	R\$ 6,78	R\$ 54.240,00



	verniz sanitário, recravada, isenta de estufamento, vazamento, corrosão interna, amassamento, ferrugem, perfurações e outras danificações. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega				
174	Sorvete, sabores variados. Ingredientes: água, açúcar, gordura vegetal, xarope de glicose, leite em pó desnatado, soro de leite, maltodextrina, cacau em pó, estabilizantes (goma guar, goma jataí, carragena), emulsificante (mono e diglicerídeos de ácidos graxos), aromatizantes, corantes naturais (carmim e urucum) e acidulante (ácido cítrico). Em embalagem de 2 L, contendo informações do fabricante, data de fabricação e número de lote, com validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Un	200	R\$ 34,21	R\$ 6.842,00
175	Suco de fruta líquido concentrado, embalagem de plástico ou vidro de 500 ml, rendimento de 5 L, no sabor caju, abacaxi, goiaba e/ou maracujá. Deverá conter data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Maguary, Da Fruta, Jandaia, similar ou melhor qualidade.	Un	120	R\$ 7,72	R\$ 926,40
176	Suco de fruta, em embalagem de 200 ml, nos sabores: uva, caju, maracujá, abacaxi, goiaba, manga, pêssego e/ou laranja. Deverá constar data de fabricação e data de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Dell Vale, La Fruit, Nutri Néctar, similar ou melhor qualidade.	Un	150	R\$ 2,53	R\$ 379,50
177	Suco de fruta, em embalagem Tetra Pak de 1 L, nos sabores: uva, caju, maracujá, abacaxi, goiaba, manga, pêssego e/ou laranja. Deverá constar data de fabricação e data de validade mínima de 6 (seis)	Un	300	R\$ 4,92	R\$ 1.476,00



	meses a partir da data de entrega. Referência: Dell Vale, La Fruit, Da Fruta, similar ou melhor qualidade.				
178	Tempero em pó para carnes, aves e saladas, sachê com 60 g.	Un	20	R\$ 6,76	R\$ 135,20
179	Tomate cereja com polpa firme e intacta, isento de material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física, rachaduras e cortes (bandeja com 250 g).	Bj	30	R\$ 6,41	R\$ 192,30
180	Tomate pêra com polpa firme e intacta, isento de material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física, rachaduras e cortes.	Kg	4.000	R\$ 9,61	R\$ 38.440,00
181	Tomate salada com polpa firme e intacta, isento de material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física, rachaduras e cortes.	Kg	150	R\$ 9,19	R\$ 1.378,50
182	Torrada integral e salgada, própria para consumo humano, em embalagem de 160 g. Deve conter data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	50	R\$ 5,94	R\$ 297,00
183	Trigo para quibe, embalagem plástica de 500 g, contendo data de fabricação, informações nutricionais, número do lote e data de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	1.500	R\$ 7,78	R\$ 11.670,00
184	Uva passa desidratada, preta, sem semente e livre de fungos. Embalagem hermeticamente fechada e rotulada conforme legislação vigente, pacote contendo no mínimo 500 g.	Un	200	R\$ 9,96	R\$ 1.992,00
185	Uva rubi fresca, de coloração uniforme, bem desenvolvida, firme e intacta, livre de	Kg	30	R\$ 13,16	R\$ 394,80



	material terroso e sem danos físicos oriundos do transporte.				
186	Uva verde sem semente, com casca fina e coloração entre o amarelo e o esverdeado, ou na coloração roxa com nuances rosadas, sem defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento, como podridão, danos, passadas ou murchas. O produto deverá estar fresco e no ponto de consumo (bandeja com 500 g).	Bj	100	R\$ 10,16	R\$ 1.016,00
187	Vagem fresca, de tamanho e coloração uniformes, bem desenvolvida, firme e intacta, sem material terroso e sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	Kg	600	R\$ 16,17	R\$ 9.702,00
188	Vinagre de maçã, primeira qualidade, embalagem de 750 ml, contendo informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	10	R\$ 5,40	R\$ 54,00
VALOR TOTAL ESTIMADO -----					R\$ 2.442.306,95

O custo total estimado da presente licitação é de **R\$ 2.442.306,95 (Dois milhões quatrocentos e quarenta e dois mil trezentos e seis reais e noventa e cinco centavos)**.

Foi utilizado para pesquisa de preços o Painel de Preços do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos do Governo Federal, Cotação Eletrônica de contratações similares realizadas pela Administração Pública através da Bolsa Nacional de Compras – BNC, bem como pesquisa de preços com empresas especializadas na comercialização do objeto solicitado para formação de preço parâmetro estimado, conforme preceitua o artigo 23 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



1.5 A minuta contratual conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação, nos termos da legislação vigente.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação com seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A descrição dos requisitos da contratação como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1 Os riscos de impactos ocasionados devido a produção nas indústrias, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, em como as lei e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades.

4.2.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.2.3 Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.3 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei n.º 14.133, de 2021).

4.3.1 Na presente contratação será admitida a indicação da marca Nestlé, no item 76, de acordo com a justificativa contida no Estudo Técnico Preliminar

4.4 Na presente contratação não se aplica a solicitação de amostra.

4.5 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.



5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Os produtos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, situada na Rua Dom Pedro II, n.º 99, Centro, Piracanjuba/GO, CEP: 75.640.000, em até 05 (cinco) dias úteis, nos horários das 7h às 11 h (horário de Brasília/DF) e/ou das 13 h às 17 h (horário de Brasília/DF), conforme determinação dada através de Requisição/Solicitação/Ordem de Fornecimento;

5.2 Caso não seja possível a realização do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 6 (seis) meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5 A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.

5.6 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 02 (dois) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da requisitante pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.



5.12 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a requisitante. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.8 O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



6.8.1 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.2 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.4 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.9 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 Os gêneros alimentícios serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os gêneros alimentícios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela requisitante, após a verificação da prestação do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela requisitante durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, ocorrerá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1 o prazo de validade;

7.9.2 a data da emissão;

7.9.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5 o valor a pagar; e

7.9.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 A requisitante deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.12.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.12.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



7.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.17 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

7.18 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

7.19 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DA FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto.

8.2 O fornecimento do objeto será adquirido conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, pelo período de vigência do Instrumento Contratual.

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



8.5 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.11 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de Declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



8.17 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.19 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do inciso II, do artigo 69, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.20 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.20.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.20.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.20.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.20.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.21 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.22 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.23 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.24 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.24.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:



8.24.1.1 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.24.1.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.24.1.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.25 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.25.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.25.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.25.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.25.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.25.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

8.25.6.1 ata de fundação;

8.25.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

8.25.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.25.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

8.25.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

8.25.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação será dado através de orçamentos a serem realizados pelo Departamento de Compras da Prefeitura de Piracanjuba/GO, e devidamente anexado aos autos.

9.2 A estimativa de custo levará em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 17 do Decreto Municipal nº 017/2024):

9.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual.

Piracanjuba/GO, aos 02 dias do mês de julho do ano de 2024.

Amanda Magalhães de Castro
Responsável pela Formalização da Demanda
Matrícula n.º 51495250

Helena de Castro Carvalho Fernandes
Responsável pela Formalização da Demanda
Matrícula n.º 51496047

Matheus Henrique Lima Ferreira
Responsável pela Formalização da Demanda
Matrícula n.º 51495542



Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Cicerônia Pereira de Brito
Secretária Municipal de Educação de Piracanjuba/GO
Decreto n.º 100/2024
Matrícula n.º 1208351



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2024

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Processo Administrativo n.º: 153692/2024

Área Requisitante: Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO.

Objeto: Fornecimento eventual e sob demanda de gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), atendendo as necessidades das Unidades Escolares Municipais e da Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, a ser pago com Fundo Municipal de Educação – FME e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Vigência da Contratação: 12 Meses.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida encontra-se amparo no planejamento de contratações do órgão, já que ocorrem todos os anos, sendo a qualificação e quantificação vinculadas as contratações vigentes da Secretaria, sendo elas: Ata de Registro de Preço n.º 27/2023 e Contrato de Fornecimento n.º 103/2024, ambos referentes ao Pregão Eletrônico n.º 50/2023.

Nesse sentido, como Plano Anual de Contratações ainda não foi formalizado, se utilizará também o histórico das aquisições dos últimos 03 (três) anos, demandado, caso necessário, um aumento da demanda em até 20%, para fins de reserva e melhor adaptação dos objetos.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação desejada pretende solucionar as necessidades seguintes:

- O fornecimento diário dos gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), nas preparações de refeições (café da manhã, almoço e lanche), para os alunos matriculados nas Unidades Escolares Municipais do município de Piracanjuba/GO, durante o período letivo.
- O contínuo fornecimento diário dos gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), nas preparações de refeições (café da manhã, almoço, lanche e/ou jantar) em capacitações, cursos, reuniões, projetos e eventos (concurso de redação, desfile cívico, entre outros), realizados pela Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO.

Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar, o Instrumento Contratual para eventual e futura contratação de empresas aptas no fornecimento eventual e sob demanda de gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros),



atendendo as necessidades das 16 (dezesesseis) Unidades Escolares Municipais (Creches e Escolas) juntamente com a Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, são elas:

- Creche Municipal CAMP II;
- Creche Municipal Lar das Crianças;
- Creche Municipal Sininho;
- Escola Municipal de Educação Básica José Marcelino de Lima;
- Escola Municipal de Educação Básica Maria Aparecida dos Reis;
- Escola Municipal de Educação Básica Modesto Antônio de Paula;
- Escola Municipal de Educação Básica Sérgio Honorato da Silva e Souza;
- Escola Municipal de Educação Básica Serra Negra;
- Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães;
- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental em Tempo Integral Dona Maria Barbosa de Amorim;
- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Reino Encantado;
- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Sonho Angelical;
- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tia Emília;
- Escola Municipal de Ensino Especial Giovana Dafico de Oliveira Daher;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Militarizada Coronel João de Araújo;
- Escola Municipal Militarizada Mundo Mágico;
- Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO;

Das 16 (dezesesseis) Unidades Escolares Municipais, 06 (seis) funcionam em período integral, na qual são oferecidos café da manhã, almoço e lanche, uma vez que os alunos matriculados permanecem o dia todo nas Unidades Escolares, e 10 (dez) funcionam em período parcial, na qual são oferecidos o lanche no período matutino e vespertino para os alunos matriculados.

Sendo assim, o preparo dos alimentos, contribuem para o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis e balanceadas dos alunos, através de cardápios variados, nutricionalmente balanceados, com refeições que cubram as necessidades dos alunos durante o período letivo, conforme Art. 18, inciso II e IV, da Resolução n.º 6, de 8 de maio de 2020.

Ressalta-se também que a Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, atenderá com os gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), de acordo com a quantidade de alunos frequentes informados através do Sistema Integrado de Gestão Escolar – SIGE, juntamente com o Censo Escolar do ano de 2023, visto que, até a presente data, não foi concluído os dados para o Censo Escolar referente ao ano 2024.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a necessidade indicado acima ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:

- Os gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), deverão estar de acordo com as descrições contidas na coluna



“Descrição/Especificação” da tabela contida no tópico “7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS”, deste Estudo Técnico Preliminar.

- Os gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), deverão possuir garantia contra não conformidade de fabricação a contar do recebimento definitivo dos mesmos, sendo esta garantia de sua total responsabilidade, inclusive os custos no que tange o transporte da CONTRATANTE à CONTRATADA e seu devido retorno a CONTRATANTE;
- A CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características e composições dos objetos à serem adquiridos.
- A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos objetos, sem qualquer ônus para a municipalidade.
- A CONTRATADA deverá repetir procedimentos as suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição dos objetos em desacordo com as condições pactuadas.
- A CONTRATADA deverá atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, em como as lei e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades.
- Os produtos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, situada na Rua Dom Pedro II, n.º 99, Centro, Piracanjuba/GO, CEP: 75.640.000, em até 05 (cinco) dias úteis, nos horários das 7h às 11 h (horário de Brasília/DF) e/ou das 13 h às 17 h (horário de Brasília/DF), conforme determinação dada através de Requisição/Solicitação/Ordem de Fornecimento.

A Contratação deve considerar ainda as consequências ambientais, sociais e econômicos de: projetos, uso de materiais não renováveis, fabricação e métodos de produção, logística, prestação de serviços; uso, operação, manutenção, reutilização; opções de reciclagem; disposição, e as capacidades dos fornecedores para resolver essas consequências em toda a cadeia de abastecimento.

5. LEVANTAMENTO DO MERCADO

Analisando o mercado, entendem-se viáveis as seguintes alternativas abaixo indicadas com os seus prós e contras:

- A CONTRATADA deverá fornecer diretamente os gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), não podendo transferir a responsabilidade pelo fornecimento demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
- A CONTRATADA deverá fornecer os gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), de acordo com as normas vigentes, especialmente as sanitárias, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado.



Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da municipalidade. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Diante das alternativas apresentadas pelo mercado, sopesando-se os prós e contras de cada uma delas, entende-se que a melhor solução para a satisfação do interesse público é a contratação de empresas aptas no fornecimento eventual e sob demanda de gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), atendendo as necessidades das Unidades Escolares Municipais e da Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO.

Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da CONTRATADA e demais especificidades do objeto.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

Item	Código	Descrição/ Especificação	Unidade de medida	Quantidade
01	28012	Abacate de primeira qualidade, fresco, com casca lisa, sem ferimentos ou podridão, e isento de danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	Kg	1.200
02	28013	Abacaxi tipo pérola, com casca firme, sem manchas, ferimentos, podridão ou deformação, e isento de danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	Un	1.000
03	52349	Abóbora tipo cabotiá, de primeira qualidade, com casca firme, sem manchas, ferimentos, podridão ou deformação, e isenta de danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	Kg	600
04	28015	Abobrinha verde, fresca, média, com casca lisa e lustrosa, sem manchas, sem sinais de apodrecimento, isenta de defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades ou substâncias estranhas.	Kg	400



05	28016	Açafrão em pó, embalagem de 100 g, de primeira qualidade, fabricado a partir de matéria-prima pura e isento de impurezas. Na embalagem, deverá constar a data de fabricação e o número de lote do produto. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega	Un	100
06	52350	Achocolatado em pó, diet, embalagem de 210 g, fonte de cálcio e fibras. Ingredientes: maltodextrina, cacau lecitinado, minerais (ferro, zinco e selênio), vitaminas A, B6, B1 e B2, nicotinamida, ácido pantotênico e ácido fólico. Edulcorantes artificiais: ciclamato de sódio, aspartame, sacarina sódica, acessulfame de potássio, aromatizante e antiemético (dióxido de silício). Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	10
07	52351	Achocolatado em pó, embalagem de 400 g, contendo açúcar, cacau, extrato de malte, sal, soro de leite em pó, leite desnatado em pó, contendo no mínimo as vitaminas A, B2, B6 e B1, estabilizante lecitina de soja e aromatizantes. Data de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referências: Italc, Nescau, Toddy, similar ou de melhor qualidade.	Un	500
08	22439	Açúcar, na cor branca, pacotes de 5 kg, embalagem plástica, íntegra, resistente, vedada hermeticamente, contendo dados de identificação e procedência, número de lote e data de fabricação. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses, a partir da data de entrega, de acordo com as normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA.	Un	850
09	31145	Adoçante dietético, líquido, 100% stévia. Ingredientes: Água, edulcorantes naturais (glicosídeos de steviol). Conservantes: benzoato de sódio, sorbato de potássio, acidulante ácido cítrico. Sem aspartame, ciclamato, sacarina ou acessulfame K. Embalagem com 80 ml, contendo prazo de validade mínima de 2 (dois) anos a partir da data de entrega. Referências: Finn, Linea, Stevita, similar ou melhor qualidade.	Un	15
10	16848	Água mineral sem gás, em embalagem de copo transparente de 200 ml, contendo informações do fabricante, data de envasamento e número do lote. Aspecto límpido e sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega.	Un	1.500



11	28019	Água mineral sem gás, em embalagem PET transparente de 500 ml, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade. Aspecto límpido e sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referências: Indaiá, Cristal, Schin, similar ou melhor qualidade.	Un	4.000
12	28020	Alface de primeira qualidade, padrão médio, com folhas íntegras e firmes, sem manchas ou danos mecânicos, livre de larvas ou parasitas, servidas no palito.	Palito	1.000
13	28021	Alho de cabeça de primeira qualidade, com aparência fresca e sã, colhidos ao atingir o grau completo de evolução, em perfeito estado de desenvolvimento, isento de defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades ou substâncias estranhas.	Kg	700
14	52352	Ameixa Roxa (<i>Prunus salicina</i>), com maturação adequada para consumo, textura e consistência de fruta fresca de primeira qualidade, in natura, com características organolépticas (cor, odor, textura, aparência, sabor) preservadas, sem danos químicos, físicos e biológicos. Apresentando um grau de maturação que permita suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo, sem presença de sujidades, parasitos e larvas.	Kg	30
15	52353	Amendoim para consumo direto ou uso culinário, livre de impurezas e danos, em embalagem de 500 g, contendo data de fabricação e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	150
16	28025	Amido de milho em embalagem de 500 g, contendo data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega	Un	200
17	27399	Apresentado de carne bovina mista, resfriado, em fatias médias, em embalagem que contenha informações da data de manipulação e validade. O produto deve ser embalado em plástico transparente, limpo, resistente e que garanta a qualidade até o momento do consumo, mantendo o aspecto próprio de cor e odor característico do produto. Referência: Sadia, Seara, Perdigão, similar ou melhor qualidade.	Kg	500



18	28027	Arroz branco tipo I, longo fino, em pacote de 5 kg, embalagem plástica íntegra, resistente e vedada hermeticamente, isento de parasitas, contendo dados de identificação e procedência, número do lote e data de envasamento. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, conforme as normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA. Referência: Cristal, Tio Jorge, Tio João, similar ou melhor qualidade.	Un	2.300
19	52354	Arroz integral constituído de grãos inteiros, com umidade permitida por lei, isento de sujidades, materiais estranhos, parasitas e larvas, acondicionado em pacote de 1 kg. Deverá apresentar validade mínima de 3 (três) meses a partir da data de entrega.	Un	150
20	52355	Aveia em flocos, com grãos laminados, rica em fibra alimentar, fonte de ferro, magnésio, zinco, vitaminas A, B1, B6 e D, com cor, aroma e sabor característicos, sem quaisquer adulterações ou contaminações. Na embalagem, deverão constar os ingredientes, tabela nutricional, data de fabricação, validade e número do lote. Embalagem contendo 500 g.	Un	1.500
21	28028	Azeite de oliva extra virgem, embalagem em vidro contendo 250 ml. Referência: Andorinha, Borges, La Violetera, Galo, similar ou melhor qualidade.	Un	10
22	50404	Azeitonas verdes inteiras, sem caroço, em conserva, embalagem de 300 g, com informações do fabricante, data de fabricação e número de lote. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	100
23	28030	Bacon tipo fatiado, defumado, acondicionado em embalagem adequada, com informações do fabricante, número de lote e registro no órgão competente. Deverá ter data de validade superior a 30 (trinta) dias a partir da data de entrega do produto.	Kg	50
24	28031	Bala mastigável, sabores de frutas sortidas, embalagem de 600 g, com informações do fabricante, data de fabricação e número de lote. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	50
25	28032	Banana maçã madura, em pencas, com tamanho e coloração uniformes, polpa firme e intacta, sem sinais de apodrecimento, isenta de danos físicos oriundos do manuseio e do transporte.	Kg	2.500



26	28033	Banana marmelo madura, em pencas, com tamanho e coloração uniformes, polpa firme e intacta, sem sinais de apodrecimento, sem danos físicos oriundos do manuseio e do transporte.	Kg	20
27	28034	Banana prata madura, em pencas, com tamanho e coloração uniformes, polpa firme e intacta, sem sinais de apodrecimento, isenta de danos físicos oriundos do manuseio e do transporte.	Kg	3.800
28	28035	Banana terra madura, em pencas, com tamanho e coloração uniformes, polpa firme e intacta, sem sinais de apodrecimento, sem danos físicos oriundos do manuseio e do transporte.	Kg	20
29	28036	Batata doce média, com casca firme, sem manchas, sem sinais de apodrecimento, isenta de defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades ou substâncias estranhas.	Kg	500
30	28037	Batata inglesa média, com casca firme, lisa e íntegra, sem manchas e sem sinais de apodrecimento, isenta de defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades ou substâncias estranhas.	Kg	1.000
31	28038	Batata palha em embalagem de 800 g, contendo informações nutricionais, data de fabricação, validade e número do lote. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega. Referência: Elmas, Freetaz, Kevitoz, similar ou melhor qualidade.	Un	50
32	52356	Bebida saborizada, sabor artificial de chocolate, em embalagem tetra pak de 1 L, à base de soro de leite e/ou soro de leite em pó reconstituído, leite integral e/ou leite em pó integral reconstituído, açúcar, calda de cacau, creme de leite, amido modificado, cloreto de sódio, vitaminas A e D, estabilizantes celulose microcristalina, fosfato trissódico, fosfato dissódico e citrato de sódio, aromatizante e espessantes carboximetilcelulose sódica e carragena. Referência: Italc, Nescau, Piracanjuba ou similar, com qualidade igual ou superior.	Un	80
33	28040	Beterraba fresca, com casca firme, sem sinais de apodrecimento, isenta de defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades ou substâncias estranhas.	Kg	400



34	52357	Biscoito integral de leite, sem gorduras trans, em embalagem de 75 g, com informações nutricionais e data de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	600
35	50405	Biscoito tipo maizena zero lactose, em embalagem de 330 g, com identificação do produto, dos ingredientes, descrição da ausência de lactose, informações nutricionais, data de fabricação, número do lote e prazo de validade mínima de 3 (três) meses a partir da data de entrega.	Un	100
36	50406	Bolacha água e sal, em embalagem de 330 g, contendo informações nutricionais, data de fabricação e número do lote. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Mabel, Marilan, Tostines, similar ou melhor qualidade.	Un	100
37	50407	Bolacha tipo maizena, embalagem de 330 g, contendo tabela nutricional, data de fabricação, validade e número do lote do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Mabel, Marilan, Tostines, similar ou melhor qualidade.	Un	100
38	41569	Bolacha tipo rosquinha sabor coco, em embalagem de 600 g, contendo tabela nutricional, data de fabricação, número de lote do produto e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Mabel, Rancheiro, Micos, similar ou melhor qualidade.	Un	50
39	28045	Brócolis fresco, de aspecto médio, firme, em maço, sem manchas ou danos mecânicos, e isento de larvas ou parasitas.	Un	400
40	52358	Cacau em pó 100%, sem adoçantes artificiais, aromatizante artificial, lactose e açúcar, livre de corantes artificiais e conservantes. Embalagem de 500 g, com validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	3.000
41	52359	Café torrado e moído, pacote de 500 g, tradicional, acondicionado em pacote aluminizado e embalado à vácuo.	Un	250
42	28064	Caldo de carne em cubos, embalagem de 114 g, contendo data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de	Un	10



		entrega. Referência: Knorr, Maggi, Arisco, similar ou melhor qualidade.		
43	28065	Caldo de galinha em cubos, embalagem de 114 g, contendo data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Knorr, Maggi, Arisco, similar ou melhor qualidade.	Un	10
44	28047	Canela da Índia em casca, de primeira qualidade, embalagem de 30 g. Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade e número de lote do produto. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	10
45	52360	Canela em pó, de primeira qualidade, embalagem de 30 g. Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade e número de lote do produto. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	10
46	28049	Cará padrão médio, com casca firme e íntegra, sem manchas, sem sinais de apodrecimento, isento de defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades ou substâncias estranhas.	Kg	600
47	28050	Carne bovina de primeira (Coxão mole e/ou Patinho), fresca, com aspecto próprio da espécie, não amolecida, e com cor e odor característicos do produto. A carne deve ser embalada em saco plástico transparente, limpo e resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo.	Kg	4.000
48	31274	Carne bovina de segunda (paleta, músculo traseiro, lombão e/ou peixinho), fresca, com aspecto próprio da espécie, não amolecida, e com cor e odor característicos do produto. A carne deve ser embalada em saco plástico transparente, limpo e resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo..	Kg	8.000
49	28053	Carne bovina tipo costela, resfriada, fresca, com aspecto próprio da espécie, não amolecida, e com cor e odor característicos do produto. A carne deve ser embalada em saco plástico transparente, limpo e resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo.	Kg	200
50	50408	Carne de peixe, filé de tilápia de primeira qualidade, sem pele, sem couro, sem espinha ou escamas, in	Un	1.500



		natura, congelado, em pacotes de 400 g. Cada embalagem deve conter data de validade e número do lote, conforme legislação vigente. Os pacotes serão acondicionados em caixas de papelão, em perfeitas condições estruturais, padronizados e lacrados, isentos de substâncias estranhas que sejam impróprias para o consumo e que alterem suas características naturais. Deverão ser rotulados conforme a legislação vigente, incluindo data de processamento, validade, número de registro nos órgãos competentes e valores nutricionais. O produto deverá ser entregue sob refrigeração.		
51	28052	Carne suína (pernil sem osso), fresca, com aspecto próprio da espécie, não amolecida, e com cor e odor característicos do produto. A carne deve ser embalada em saco plástico transparente, limpo e resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo.	Kg	2.700
52	28054	Cebola compacta e firme, com casca lustrosa, sem lesões de origem física, apodrecimento, perfurações ou cortes.	Kg	2.500
53	52361	Cebola roxa, compacta e firme, com casca lustrosa, sem lesões de origem física, apodrecimento, perfurações ou cortes.	Kg	500
54	28055	Cebolinha verde de primeira qualidade, fresca (em maço)	Maço	50
55	28056	Cenoura média, com casca lisa, firme e lustrosa, sem manchas, sinais de apodrecimento, perfurações ou cortes.	Kg	1.800
56	52362	Chá de sabores variados, para uso alimentício, caixa contendo no mínimo 10 (dez) sachês.	Cx	50
57	28058	Chocolate tipo bombom, embalagem de 1 kg, contendo informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Lacta, Nestlé, Garoto, Bonobom similar ou melhor qualidade.	Un	80
58	28059	Chuchu com casca firme, sem lesões de origem física, apodrecimento, perfurações ou cortes.	Kg	500
59	28060	Coco ralado, produto de boa qualidade, desidratado e parcialmente desengordurado, sem adição de açúcar,	Un	800



		isento de substâncias estranhas em sua composição. Embalagem de 100 g, com registro no Ministério da Saúde, data de empacotamento e prazo de validade aparente. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Socôco, Ducôco, Mais côco, similar ou melhor qualidade.		
60	28061	Coentro fresco, de primeira qualidade (maço).	Maço	50
61	28062	Couve, folhas de padrão médio, em maços, firmes, sem manchas ou danos mecânicos, e sem larvas ou parasitas (maço).	Maço	1.000
62	52363	Couve-flor, in natura, fresca, tipo média híbrida, nova, firme e compacta, com buquês bem fechados de cor branca ou creme, sem manchas escuras e sem sinais de murcho, com talos firmes. Isenta de sujidades, enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes e quaisquer materiais que comprometam a sua qualidade.	Un	400
63	50291	Creme de cebola em envelope de 68 g, para uso culinário, ideal para temperar carnes, frangos, peixes, saladas e legumes, e para preparação de molhos, cremes, assados, grelhados, ensopados, pães e massas. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	100
64	19820	Creme de leite em embalagem Tetra Pak de 1 kg, contendo informações do fabricante, data de fabricação, lote e validade. Apresenta aspecto límpido e sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.. Referência: Italac, Nestlé, Piracanjuba, similar ou melhor qualidade.	Un	50
65	28063	Creme de leite em embalagem Tetra Pak de 200 g, contendo informações do fabricante, data de fabricação, lote e validade. Apresenta aspecto límpido e sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.Referência: Nestlé, Piracanjuba, Mococa, similar ou melhor qualidade.	Un	75
66	28066	Doce de leite pastoso em embalagem de 800 g, contendo informações do fabricante, tabela nutricional, data de fabricação e lote. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega	Un	15



67	28067	Erva Mate 100% natural, tostada a granel, em embalagem de 250 g, contendo informações do fabricante, data de fabricação, lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Matte Leão, Mate Real, Dr.Oetker, similar ou melhor qualidade.	Un	10
68	52364	Ervilha enlatada, conforme NTA 02 e 31 (Decreto 12.486 de 20/10/78) e demais legislações vigentes aplicáveis ao produto. Ingredientes: ervilha e água, sem adição de sal e açúcar. Apresenta características de cor, sabor, odor e textura próprios do ingrediente, com uniformidade de tamanho e formato. Embalagem de 200 g com peso drenado de 170 g, em lata de folha de flandres com vernizes sanitários, fechada, esterilizada, intacta, sem amassados ou ferrugens. As informações nutricionais e ingredientes são apresentadas de forma indelével diretamente na embalagem do produto, não na forma de etiqueta colada. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	2.000
69	28068	Espinafre fresco, folhas de padrão médio, integras, firmes, sem manchas ou danos mecânicos. (maço)	Maço	50
70	28069	Extrato de tomate concentrado em lata íntegra de 340 g, com consistência firme, feito de polpa de tomate concentrada. Contém data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Elefante, Heinz, Goialli, similar ou melhor qualidade.	Un	5.000
71	28070	Farinha de mandioca tipo biju, caseira, fabricada a partir de matérias-primas limpas, isentas de matéria terrosa e parasitas, e não podem estar úmidas. Embalagem íntegra de 500 g. Na embalagem deve constar dados do fabricante, registro do órgão de fiscalização, data de fabricação, validade e número de lote do produto. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	980
72	28071	Farinha de trigo tipo I, enriquecida com ácido fólico e ferro, em embalagem de 1 kg, contendo tabela nutricional, data de fabricação e número de lote. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência: Cristal, Dona Benta, Emegê, similar ou melhor qualidade.	Un	7.000



73	28073	Feijão Carioca tipo I, in natura, em pacote de 1 kg, com grãos de tamanhos e formas naturais, limpos, secos, isentos de matéria terrosa e parasitas. A embalagem deve conter data de fabricação, data de validade e número do lote do produto, com validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Barão, Cristal, Grão Dourado, similar ou melhor qualidade.	Un	3.000
74	28074	Fermento biológico em pó, seco, para uso na fabricação de pães, rosas e tortas, em envelopes de 10 g.	Un	6.000
75	28075	Fermento químico em pó, em embalagem de 250 g, contendo tabela nutricional, data de fabricação, validade e número do lote. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	800
76	52365	Fórmula Infantil NAN Soja, em embalagem de 800 g, da marca Nestlé. Indicada para bebês de 0 a 12 meses, é uma fórmula infantil à base de soja que auxilia no crescimento físico e mental. Contém DHA e ARA, e é zero lactose. Ingredientes: maltodextrina, proteína isolada de soja*, oleína de palma, óleo de soja, óleo de coco, minerais (fosfato de cálcio, citrato de cálcio, cloreto de potássio, fosfato de magnésio dibásico, citrato de potássio, cloreto de sódio, sulfato de zinco, sulfato ferroso, sulfato de cobre e iodeto de potássio), óleo de cártamo, vitaminas (L-ascorbato de sódio, cloreto de colina, acetato de DL- α -tocoferila, nicotinamida, D-pantotenato de cálcio, riboflavina, acetato de retinila, cloridrato de piridoxina, tiamina mononitrato, ácido N-pteróil-L-glutâmico, filoquinona, D-biotina, colecalciferol e cianocobalamina), L-metionina, óleo de <i>Cryptocodinium cohnii</i> , óleo de <i>Mortierella alpina</i> , óleo de girassol, lecitina de soja, taurina, L-carnitina e regulador de acidez hidróxido de potássio. Não contém leite ou produtos lácteos. Contém derivados de soja. Não contém glúten. Na embalagem deverá conter tabela nutricional, data de fabricação, número do lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	30
77	31275	Frango (coxa e sobrecoxa), com dorso, resfriado, de primeira qualidade, com cor e odor característicos da espécie. A carne deve ser embalada em saco plástico transparente, limpo e resistente, garantindo a	Kg	1.500



		integridade do produto até o momento do consumo, com data de empacotamento e validade visíveis na embalagem.		
78	27412	Frango (peito com osso), resfriado, de primeira qualidade, com cor e odor característicos da espécie. A carne deve ser embalada em saco plástico transparente, limpo e resistente, garantindo a integridade do produto até o momento do consumo, com data de empacotamento e validade visíveis na embalagem.	Kg	2.000
79	28077	Frango (peito sem osso), resfriado, de primeira qualidade, com cor e odor característicos da espécie. A carne deve ser embalada em saco plástico transparente, limpo e resistente, garantindo a integridade do produto até o momento do consumo, com data de empacotamento e validade visíveis na embalagem.	Kg	5.000
80	28078	Frango inteiro de primeira qualidade, com cor e odor característicos da espécie, contendo fígado, pés e moela. Embalagem plástica transparente, limpa, resistente, congelada, com data de empacotamento e validade visíveis na embalagem.	Kg	200
81	28079	Fubá tipo mimoso, em embalagem de 500 g, isento de parasitas, com embalagem contendo data de fabricação, número do lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	1.500
82	30145	Garrafão de água mineral de 20 litros, contendo informações do fabricante, data de envasamento e número do lote. Apresenta aspecto límpido e sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima do líquido de 6 (seis) meses a partir da data da entrega.	Un	40
83	50410	Gelatina de sabores variados, 20 g, contendo data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Sol, Santa Amália, Apti, similar ou melhor qualidade.	Un	200
84	31144	Gelatina diet em pó, sabores variados, embalagem com no mínimo 12 g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, validade e peso líquido. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega.	Un	50



85	52367	Geleia, linha diet, peso líquido de 280 g. Ingredientes: frutas 50% (amora, morango ou framboesa), edulcorantes sorbitol, glicosídeo de esteviol (stévia) e sucralose, fosfato tricálcio (cálcio), estabilizante pectina de fruta, suco concentrado de limão, conservador sorbato de potássio. A embalagem deverá conter data de fabricação, número do lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	30
86	52368	Goiaba de primeira qualidade, apresentando condições que permitem suportar a manipulação, transporte e conservação adequados para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	3.500
87	31277	Goiabada em embalagem de 1,01 kg, contendo tabela nutricional, data de fabricação, número do lote e validade. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Val, Só Fruta, Predilecta, similar ou melhor qualidade.	Un	300
88	52369	Granola sem adição de açúcar, contendo frutas secas e oleaginosas, preparados com matérias primas integrais. Não poderá conter açúcar, adoçante e nem corante artificial. A embalagem deve estar intacta e bem vedada, isenta de mofo, substâncias nocivas, odores ou sabor diferente da composição normal. Deve constar na embalagem data de fabricação, data de validade, informação nutricional e ingredientes. Prazo de validade mínimo de 4 (quatro) meses a partir da data de entrega. Embalagem em saco atóxico, com capacidade para 500 g.	Un	50
89	52370	Granulado macio, sabor chocolate, embalagem de 500 g, contendo data de fabricação, número do lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	10
90	52371	Iogurte integral adoçado, sabores variados, produzido com leite pasteurizado integral, sem adição de soro de leite, de consistência cremosa, com qualidade estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde (MS) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Embalagem contendo 120 g.	Un	30.000
91	52372	Iogurte integral adoçado, sabores variados, produzido com leite pasteurizado integral, sem adição de soro de	Un	50



		leite, de consistência cremosa, com qualidade estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde (MS) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Embalagem contendo 850 g.		
92	52373	Iogurte natural em embalagem de 160 g, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e número do lote. Ingredientes: leite integral, leite em pó e fermentos lácteos. Isento de sujidades, contaminações ou corpos estranhos. Produto com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). Validade mínima de 30 (trinta) dias a contar da data da entrega.	Un	300
93	28084	Jiló com casca firme, lisa e íntegra, sem manchas e sem sinais de apodrecimento, isento de defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades ou substâncias estranhas.	Kg	200
94	52374	Ketchup tradicional, em embalagem de 1,01 kg, contendo data de fabricação, número do lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	50
95	52375	Kiwi (<i>Actinidia deliciosa</i>), fruta firme e íntegra, com textura e consistência de fruta fresca de primeira qualidade, in natura. Apresenta características organolépticas (cor, odor, textura, aparência, sabor) preservadas, sem danos químicos, físicos e biológicos. Apresenta grau de maturação que permite suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isento de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	30
96	28085	Laranja pêra, de padrão médio, madura, com casca lisa e polpa suculenta, íntegra, sem sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Kg	8.000
97	24387	Leite condensado, embalagem Tetra Pak de 395 g, sem glúten, contendo data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Nestlé, Itambé, Piracanjuba, similar ou melhor qualidade.	Un	50
98	28121	Leite de soja original, combinação da proteína da soja com 0% lactose e 0% colesterol. Fonte de minerais	Un	220



		como cálcio, zinco, e vitaminas A, B2, B6, B12, C, D, E e ácido fólico. Embalagem Tetra Pak de 1 L, contendo data de fabricação, número de lote e validade. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Ades, Soy, Batavo, similar ou melhor qualidade.		
99	50229	Leite integral em pó, embalagem de 380 g, enriquecido com ferro, zinco, vitamina A, C, D e sem lactose (0% lactose), obtido por desidratação do leite de vaca e adequado para alimentação de pessoas com intolerância à lactose, mediante processos tecnológicos adequados. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	150
100	28122	Leite Integral, embalagem Tetra Pak de 1 L, contendo data de fabricação, número de lote e validade. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	16.000
101	28123	Leite sem lactose, embalagem Tetra Pak de 1 L, contendo data de fabricação, número de lote e validade. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	500
102	28124	Limão Taiti, com casca lisa, sem sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Kg	20
103	28127	Linguiça calabresa defumada, acondicionada em embalagem adequada, contendo informações do fabricante, número de lote e registro no órgão competente, com data de validade superior a 30 (trinta) dias a partir da data de entrega do produto. Referência: Sadia, Perdigão, Seara, similar ou melhor qualidade.	Kg	30
104	28125	Linguiça de frango fresca, resfriada, à base de carne de frango temperada sem pimenta, acondicionada em embalagem adequada, com informações do fabricante, número de lote e registro no órgão competente (SIF ou SIM), com data de validade superior a 30 (trinta) dias a partir da data de entrega do produto.	Kg	1.500
105	28128	Maçã Fuji, com casca lisa, íntegra, sem sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Kg	6.000
106	52376	Maçã verde de primeira qualidade, tamanho médio uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firme e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à	Kg	30



		superfície externa. Apresenta grau de maturação adequado para manipulação, transporte e consumo.		
107	28130	Macarrão espaguete à base de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico, com ovos. Embalagem plástica resistente e transparente, contendo 500 g do produto. Rotulagem com informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Emegê, Barilla, Petybon, ou similar qualidade superior. Referência: Emegê, Barilla, Petybon, similar ou melhor qualidade.	Un	4.000
108	52377	Macarrão integral tipo espaguete, submetido a processo de secagem, acondicionado em saco de polietileno íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo 500 g de peso líquido. A embalagem deve conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, data de fabricação, data de validade, condições de armazenagem, quantidade do produto e registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. O produto deve apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Un	150
109	52378	Macarrão integral tipo parafuso, submetido a processo de secagem, acondicionado em saco de polietileno íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo 500 g de peso líquido. A embalagem deve conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, data de fabricação, data de validade, condições de armazenagem, quantidade do produto e registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. O produto deve apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Un	150
110	52379	Macarrão integral tipo pene, submetido a processo de secagem, acondicionado em saco de polietileno íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo 500 g de peso líquido. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, data de fabricação, data de validade, condições de armazenagem, quantidade do produto e registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. O	Un	150



		produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.		
111	28129	Macarrão tipo lasanha à base de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico, com ovos. Embalagem plástica resistente e transparente, contendo 500 g do produto. Rotulagem com informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Emegê, Barilla, Petybon, similar ou melhor qualidade.	Un	150
112	28131	Macarrão tipo padre nosso à base de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico, com ovos. Embalagem plástica resistente e transparente, contendo 500 g do produto. Rotulagem com informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Emegê, Barilla, Petybon similar ou melhor qualidade.	Un	600
113	27422	Macarrão tipo parafuso à base de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico, com ovos. Embalagem plástica resistente e transparente, contendo 500 g do produto. Rotulagem com informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Emegê, Barilla, Petybon similar ou melhor qualidade.	Un	1.000
114	52380	Maionese em embalagem de 700 g, com reduzido teor de lipídios, feita com ovos e óleos vegetais, apresentando cor e sabor característicos do produto. Contém tabela nutricional, data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	80
115	28135	Mamão Formosa com casca firme, sem rachaduras, partes escuras; sem sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Kg	1.000
116	28136	Mandioca descascada, limpa e sem manchas, congelada, de primeira qualidade, em pacote de 1 kg. Deve conter especificações do local de origem do produto, peso, data de embalagem e validade de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Pct	500



117	28137	Manga Tomy com casca firme, sem rachaduras, partes escuras, sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Kg	100
118	28138	Manteiga de leite de primeira qualidade, com sal, em embalagem de 500 g. Deve conter data de fabricação, número de lote e validade superior a 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Piracanjuba, Itambé, Compleite, similar ou melhor qualidade. Referência: Piracanjuba, Itambé, Compleite, similar ou melhor qualidade.	Un	1.300
119	28139	Margarina vegetal com sal, alimento resultante da emulsão estável de óleos e/ou gorduras vegetais comestíveis com leite, contendo no mínimo 65% de lipídios, sem gordura trans. Deve estar acondicionada em pote de 500 g, com tabela nutricional, data de fabricação, validade e número de lote especificados. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Qualy, Delícia, Claybom, similar ou melhor qualidade.	Un	500
120	28140	Melancia de casca firme, lustrosa e sem manchas escuras, sem lesões de origem física, perfurações ou cortes.	Kg	10.000
121	30166	Melão de casca firme e lustrosa, sem manchas escuras, lesões, perfurações ou sinais de apodrecimento.	Kg	35
122	52381	Mexerica de primeira qualidade, de tamanho médio, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firme e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa. Apresentando grau de maturação adequado para manipulação, transporte e consumo.	Kg	3.500
123	52382	Milho em conserva, lata de 280 g com peso drenado de 170 g, com informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	30
124	15224	Milho para pipoca tipo 1, classe amarela, embalagem de 500 g, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade. Isento de substâncias estranhas, com aspecto límpido e sem impurezas. Validade mínima de 3 (três) meses a partir da data de entrega Referência: Yoki, Sinhá, Pachá, similar ou melhor qualidade.	Un	150



125	28141	Milho tipo canjica, embalagem de 500 g, com validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Grãos de tamanhos e formas naturais, limpos, secos e isentos de parasitas. A embalagem deve conter data de fabricação e número do lote do produto.	Un	150
126	28144	Milho Verde tipo espiga, de primeira qualidade, fresco, sem casca, embalado com informações de procedência do produtor. Sem partes escuras, sinais de apodrecimento ou danos mecânicos (bandeja com 5 unidades).	Bj	1.000
127	52383	Molho de mostarda, em embalagem de 190 g, contendo data de fabricação, número do lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	50
128	52384	Molho shoyu, em embalagem contendo 145 ml, com data de fabricação, número do lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	20
129	28146	Morangos em embalagem média, frescos e sem sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Bj	30
130	28147	Óleo de soja refinado, em embalagem transparente de 900 ml, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade. Isento de substâncias estranhas à sua composição, com aspecto límpido e sem impurezas, à temperatura de 25°C, com cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Soya, Liza, Cristal, similar ou melhor qualidade.	Un	8.000
131	52385	Orégano de primeira qualidade, pacote com 15 g, contendo rótulo com marca, peso líquido, data de fabricação e validade. Produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	Un	500
132	28149	Ovos tipo II, branco médio, com casca limpa, íntegra e sem deformações. Na embalagem deve constar a data de fabricação, data de validade e número de lote. Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	Dz	10.000
133	52386	Palmito inteiro, em conserva, em embalagem de vidro de 300 g, contendo data de fabricação, número de lote e validade superior a 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	20



134	52387	Pão de forma de trigo branco, isento de gordura trans, margarina e gordura vegetal não especificada, fatiado, em embalagem de 500 g. Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	Un	1.600
135	52388	Pão de hot dog fresco, de 50 g.	Kg	100
136	29438	Pão doce tipo brioche, fresco, de 40 g	Kg	100
137	28198	Pão doce tipo pão de milho, fresco, de 40 g.	Kg	1.800
138	28197	Pão doce tipo sovado, fresco, de 40 g.	Kg	200
139	28150	Pão francês fresco, de 50 g.	Kg	7.000
140	52389	Pão integral contendo no mínimo: farinha de trigo integral, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, óleo vegetal, sal e fermento, fatiado. Embalagem de 450 g, devendo constar informações do fabricante, data de fabricação, data de validade e informação nutricional conforme a legislação sanitária vigente. Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	Un	30
141	52390	Pão integral tipo bisnaguinha, com peso médio de 20 g cada unidade, contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral e/ou grãos integrais, açúcar, sal, óleo vegetal e fermento. O produto deverá estar isento de sujidades e bolores, apresentando-se macio, com sabor e odor característicos. Embalagem de 300 g, plástico transparente atóxico, unidades do produto devidamente lacradas, devendo constar informações do fabricante, data de fabricação, data de validade e informação nutricional conforme a legislação sanitária vigente. Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	Un	30
142	52391	Pão tipo bisnaguinha com peso médio de 20 g cada unidade, contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, óleo vegetal e fermento. O produto deverá estar isento de sujidades e bolores, apresentando-se macio, com sabor e odor característicos. Embalagem com 300 g, plástico transparente atóxico, unidades do produto devidamente lacradas, devendo constar informações do fabricante, data de fabricação, data de validade e informação nutricional conforme a legislação sanitária	Un	30



		vigente. Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.		
143	28152	Pepino fresco de primeira qualidade, cor verde, sem sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Kg	400
144	52392	Pêra tipo Williams ou portuguesa, primeira qualidade, lisa, tamanho médio, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa. Apresentando grau de maturação adequado para a manipulação, transporte e consumo.	Kg	30
145	52393	Pêssego de primeira qualidade, tamanho médio, firme, uniforme, inteiro, com textura aveludada, sem ferimentos ou defeitos, e sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa. Apresentando grau de maturação adequado para a manipulação, transporte e consumo.	Kg	30
146	52394	Pimenta bode verde, fresca de primeira qualidade, bandeja contendo 70 g.	Bj	15
147	52395	Pimenta-de-cheiro verde, fresca e de primeira qualidade, bandeja contendo 70 g	Bj	30
148	28153	Pimenta-do-reino moída, de primeira qualidade, embalagem de 100 g, fabricada a partir de matéria-prima pura, isenta de impurezas. Na embalagem deverá constar a data de fabricação, validade e número de lote do produto. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	15
149	28154	Pimentão verde, fresco, sem sinais de apodrecimento ou danos mecânicos de transporte.	Kg	50
150	28155	Pirulitos de frutas, sabores sortidos, embalagem de 700 g, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	50
151	28157	Polvilho doce do tipo caseiro, em embalagem de 1 kg, contendo informações do fabricante, data de fabricação e número de lote, sem adição de fécula, com validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Un	1.500
152	28158	Queijo muçarela, produto fabricado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semidura, cor	Kg	700



		branca homogênea, levemente salgado e resfriado, fatias médias, com registro no órgão competente (SIF ou SIM), contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade do produto. Fatias serão cortadas na data da entrega. Referência: Piracanjuba, Batavo, Compleite, similar ou melhor qualidade.		
153	28159	Queijo ralado tipo Minas, curado e ralado, de primeira qualidade, em embalagem de 1 kg, contendo informações do fabricante, com validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega. Produto elaborado unicamente com leite de vaca, em embalagem transparente e reforçada.	Kg	675
154	28160	Queijo tipo Minas, fresco, de boa aparência, embalagem contendo informações do fabricante, com validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega. Produto elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semidura, cor branca homogênea, levemente salgado e resfriado.	Un	800
155	52396	Quiabo de primeira qualidade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem presença de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	100
156	27430	Quitandas tipo biscoito/pão de queijo, prontas para consumo.	Kg	120
157	24355	Quitandas tipo bolo, sabores variados, prontas para consumo.	Kg	40
158	28190	Quitandas tipo doce sortidas: nhoque, broa de fubá, broa doce de fubá, bolacha champagne, bolacha quebrador, casadinho de goiabada, casadinho de doce de leite, sonho com recheio de goiabada, carolina com recheio de doce de leite e chocolate, lua de mel com recheio de creme de leite ninho, enroladinho de queijo, quitanda tipo bom-bocado, prontas para consumo..	Kg	100
159	28193	Quitandas tipo roscas: rosquinhas húngaras, rosca de queijo, rosca fabiana, rosca de coco pequena, prontas para consumo.	Kg	40
160	28191	Quitandas tipo sal assado: empadinha de frango, mini-pizza, enroladinho de salsicha, esfirra aberta com recheio de carne, croissant com recheio de frango,	Kg	150



		americano de presunto mussarela/bacon, barquete, torta salgada, prontas para consumo.		
161	28165	Refrigerante sabor cola zero, composto por água gaseificada, açúcar, extrato de coca, cafeína, corante caramelo, acidulante (INS 338), de qualidade, embalagem PET transparente de 2 L, contendo informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade. Sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega.	Un	200
162	15237	Refrigerante sabor cola, composto por água gaseificada, açúcar, extrato de coca, cafeína, corante caramelo, acidulante (INS 338), embalagem PET transparente de 2,5 L, contendo informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade. Sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	600
163	24357	Refrigerante sabor cola, composto por água gaseificada, açúcar, extrato de coca, cafeína, corante caramelo, acidulante (INS 338), embalagem PET transparente de 2 L, contendo informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade. Sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Coca-Cola, Pepsi, Indaiá, similar ou melhor qualidade.	Un	600
164	15238	Refrigerante sabor guaraná, embalagem PET transparente de 2 L, contendo informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade. Sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência, Antártica, Kuat, Indaiá similar ou melhor qualidade.	Un	400
165	28172	Refrigerante sabor guaraná, tipo diet, embalagem PET transparente de 2 L, contendo informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade. Sem impurezas, cor e odor característicos. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Antártica, Kuat, Mineiro similar ou melhor qualidade.	Un	200



166	52397	Repolho roxo fresco, com tamanho e coloração uniformes, sem partes escuras, larvas ou parasitas, sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Kg	1.000
167	28173	Repolho verde fresco, com tamanho e coloração uniformes, sem partes escuras, larvas ou parasitas, sinais de apodrecimento ou danos mecânicos.	Kg	1.500
168	52398	Requeijão cremoso, em embalagem de 200 g, contendo data de fabricação, número de lote e validade mínima de 3 (três) meses a partir da data da entrega. Ingredientes: leite integral, creme de leite, cloreto de sódio, cloreto de cálcio, coagulante, fermento lácteo, emulsificantes (INS 450iii, INS 452i, INS451i, INS450v e INS 451iii), regulador de acidez ácido láctico, conservadores sorbato de potássio e nisina.	Un	30
169	28174	Sal refinado iodado, em embalagem de 1 kg, deve constar data de fabricação, número do lote e validade mínima de 3 (três) meses a partir da data da entrega. Referência: Cisne, Cristal, Polar, similar ou melhor qualidade.	Un	700
170	28192	Salgadinhos fritos (coxinha de frango, croquete, rissole, quibe recheado de carne, quibe recheado de queijo, bolinha de queijo com Catupiry, pastel de carne), prontos para consumo.	Kg	300
171	28175	Salsa fresca, de primeira qualidade (maço).	Maço	20
172	28176	Salsicha de carne mista, resfriada, com cor e aspecto característicos do produto, boa aparência, embalagem contendo informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Sadia, Perdigão, Seara, similar ou melhor qualidade.	Kg	200
173	52399	Sardinha enlatada em conserva, eviscerada e descamada, rotulada e esterilizada. Composição: sardinha e óleo de soja. O produto deve estar livre de nadadeiras, cauda e cabeça, pré-cozida. Embalagem em lata metálica de 250 g e 150 g de peso drenado, inviolável, com verniz sanitário, recravada, isenta de estufamento, vazamento, corrosão interna, amassamento, ferrugem, perfurações e outras danificações.. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega	Un	8.000



174	52400	Sorvete, sabores variados. Ingredientes: água, açúcar, gordura vegetal, xarope de glicose, leite em pó desnatado, soro de leite, maltodextrina, cacau em pó, estabilizantes (goma guar, goma jataí, carragena), emulsificante (mono e diglicerídeos de ácidos graxos), aromatizantes, corantes naturais (carmim e urucum) e acidulante (ácido cítrico). Em embalagem de 2 L, contendo informações do fabricante, data de fabricação e número de lote, com validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Un	200
175	52401	Suco de fruta líquido concentrado, embalagem de plástico ou vidro de 500 ml, rendimento de 5 L, no sabor caju, abacaxi, goiaba e/ou maracujá. Deverá conter data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Maguary, Da Fruta, Jandaia, similar ou melhor qualidade.	Un	120
176	52402	Suco de fruta, em embalagem de 200 ml, nos sabores: uva, caju, maracujá, abacaxi, goiaba, manga, pêssego e/ou laranja. Deverá constar data de fabricação e data de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Dell Vale, La Fruit, Nutri Néctar, similar ou melhor qualidade.	Un	150
177	28181	Suco de fruta, em embalagem Tetra Pak de 1 L, nos sabores: uva, caju, maracujá, abacaxi, goiaba, manga, pêssego e/ou laranja. Deverá constar data de fabricação e data de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Referência: Dell Vale, La Fruit, Da Fruta, similar ou melhor qualidade.	Un	300
178	48233	Tempero em pó para carnes, aves e saladas, sachê com 60 g.	Un	20
179	52403	Tomate cereja com polpa firme e intacta, isento de material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física, rachaduras e cortes (bandeja com 250 g).	Bj	30
180	28182	Tomate pêra com polpa firme e intacta, isento de material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física, rachaduras e cortes.	Kg	4.000
181	28183	Tomate salada com polpa firme e intacta, isento de material terroso, livre de resíduos de fertilizantes,	Kg	150



		sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física, rachaduras e cortes.		
182	52404	Torrada integral e salgada, própria para consumo humano, em embalagem de 160 g. Deve conter data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	50
183	28185	Trigo para quibe, embalagem plástica de 500 g, contendo data de fabricação, informações nutricionais, número do lote e data de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	1.500
184	52405	Uva passa desidratada, preta, sem semente e livre de fungos. Embalagem hermeticamente fechada e rotulada conforme legislação vigente, pacote contendo no mínimo 500 g.	Un	200
185	28187	Uva rubi fresca, de coloração uniforme, bem desenvolvida, firme e intacta, livre de material terroso e sem danos físicos oriundos do transporte.	Kg	30
186	52406	Uva verde sem semente, com casca fina e coloração entre o amarelo e o esverdeado, ou na coloração roxa com nuances rosadas, sem defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento, como podridão, danos, passadas ou murchas. O produto deverá estar fresco e no ponto de consumo (bandeja com 500 g).	Bj	100
187	28188	Vagem fresca, de tamanho e coloração uniformes, bem desenvolvida, firme e intacta, sem material terroso e sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	Kg	600
188	28189	Vinagre de maçã, primeira qualidade, embalagem de 750 ml, contendo informações do fabricante, data de fabricação, número de lote e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	Un	10

Os itens para o preparo da alimentação escolar, foram escolhidos pensando no atendimento das exigências citadas na Resolução n.º 6, de 08 de Maio de 2020, Art.18, parágrafo 1º, na qual estabelece que:

Em unidades escolares que ofertam alimentação escolar em período parcial, os cardápios devem ofertar, obrigatoriamente, no mínimo 280g/estudantes/semana de frutas in natura, legumes e verduras, assim distribuídos: I – frutas in natura, no mínimo, dois dias por semana, II – legumes e verduras, no mínimo três dias por semana”; “§ 2º Em unidades escolares que ofertam alimentação escolar em período integral, os



cardápios devem ofertar, obrigatoriamente, no mínimo 520g/estudantes/semana de frutas in natura, legumes e verduras, assim distribuídos: I – frutas in natura, no mínimo, quatro dias por semana; II – hortaliças, no mínimo, cinco dias por semana; “§ 4º É obrigatória a inclusão de alimentos fonte de ferro heme no mínimo 4 (quatro) dias por semana nos cardápios escolares. No caso de alimentos fonte de ferro não heme, estes devem ser acompanhados de facilitadores de sua absorção, como alimentos fonte de vitamina C. (BRASIL, 2020)

O quantitativo referente a aquisição dos gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros) foram baseados nos seguintes critérios:

- Para os novos gêneros alimentícios adicionados à essa contratação e para aqueles que já não apresenta mais saldo de acordo com o relatório totalizador das contratações vigentes (Ata de Registro de Preço n.º 27/2023 e Contrato de Fornecimento n.º 103/2024, ambas referentes ao Pregão Eletrônico n.º 50/2023), foi realizado um planejamento pelo Departamento de Alimentação Escolar e Departamento de Compras, a qual estabelece um quantitativo dos respectivos gêneros para que sejam contemplados durante toda a vigência do novo contrato
- Para os gêneros alimentícios das contratações vigente (Ata de Registro de Preço n.º 27/2023 e Contrato de Fornecimento n.º 103/2024, ambas referentes ao Pregão Eletrônico n.º 50/2023) que apresentam saldo de acordo com seus relatórios totalizadores, foi realizado um planejamento pelo Departamento de Alimentação Escolar e Departamento de Compras, a qual estabelece um aumento, diminuição ou permanência dos quantitativos dos itens, para que os mesmos sejam contemplados durante toda a vigência do novo contrato

O emprego da alimentação escolar saudável e adequada, deve compreender o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e o seu estado de saúde, inclusive os que necessitam de atenção específica, além de garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica, e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social, de acordo com diretriz inclusa no Artigo 2º, inciso I e IV da Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009.

Os alimentos ultraprocessados não devem ser ofertados na alimentação escolar, pois estão relacionados ao maior risco de desenvolvimento de obesidade e outras doenças como hipertensão, doenças cardíacas, diabetes, cárie dentária e câncer. No entanto, de acordo com a Nota Técnica nº 1879810/2020/COSAN/CGPAE/DIRAE, as fórmulas infantis são consideradas exceções à regra de proibição de aquisição de alimentos com recursos federais, conforme descrito no artigo 22 da Resolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pois o Guia Alimentar para Crianças Menores de 2 anos destaca que esses produtos são considerados substitutos do leite materno.



Com base nessas notas técnicas e resoluções, a aquisição de fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes à base de soja (Item 76), será direcionada ao aluno C.A.A.J., matriculado em 14 de maio do corrente ano na Escola Municipal de Educação Básica Maria Aparecida dos Reis, berçário IA integral. Assim, o item 76, "Fórmula Infantil NAN Soja (...)", teve como decisão em sua descrição indicação da marca "Nestlé", respaldada por laudo médico (em anexo) que comprova a adequação e a qualidade do produto para o consumo do aluno mencionado anteriormente.

Tais descrições e quantitativos terão como intuito, visar uma contratação consciente, sem estoque desnecessário, com o objetivo de manter o equilíbrio do abastecimento do mercado.

8. ESTIMATIVA DE VALORES

A estimativa dos valores unitários e globais da contratação, será realizada nos moldes estipulados no art. 23, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Piracanjuba/GO.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Considerando as especificidades dos presentes objetos a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATADAS E/OU INTERDEPENDENTES

Importante a continuação dos trabalhos prestados para melhor andamento das Unidades Escolares e da Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, a viabilidade da futura contratação de empresas aptas no fornecimento eventual e sob demanda de gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), não apresenta outras contratações interdependentes que afete a sua execução.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se com a Contratação os seguintes resultados:

- Em relação à eficácia: a contratação de empresas aptas no fornecimento eventual e sob demanda de gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), atendendo as necessidades das Unidades Escolares Municipais e da Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO
- Quanto à eficiência: o contínuo fornecimento diário dos gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros) na preparação de



refeições diárias (café da manhã, almoço e lanche) para os alunos matriculados nas Unidades Escolares Municipais, e para as capacitações, cursos, reuniões, projetos e eventos (concurso de redação e desfile cívico, entre outros), realizados pela Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO.

- Com a aquisição dos gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), destinados para a alimentação escolar, busque-se a utilização do recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Com a contratação de empresas aptas no fornecimento eventual e sob demanda de gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), busca-se também atender ao princípio da economicidade, cuja a meta é a obtenção da melhor relação custo benéfico, em recursos financeiros, econômicos e administrativos, permitindo assim que a contratação seja realizada de forma rápida, econômica e sustentável.

12. PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não serão necessárias providências previamente à celebração do contrato.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Os impactos ambientais relacionados aos gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), podem estar associados tanto ao processo produtivo, como à geração de efluentes, ao próprio uso dos produtos ou mesmo à geração de resíduos de embalagem pós-uso.

As empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, em como as lei e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades.

Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Que os bens devam ser preferencialmente acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Em face da necessidade da contratação de empresas aptas no fornecimento eventual e sob demanda de gêneros alimentícios (produtos panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros), justifica-se a abertura do presente procedimento licitatório, para manter os trabalhos administrativos e operacionais rotineiros dos setores. Bem como, manter os serviços públicos em níveis aceitáveis ao funcionamento dos trabalhos, para o cumprimento de sua finalidade com eficiência, continuidade e economia.



15. ANEXOS

- Censo Escolar do ano de 2023;
- Documento retirado do Sistema Integrado de Gestão Escolar – SIGE, informando a quantidade de alunos frequentes nas Unidades Escolares Municipais do município de Piracanjuba/GO;
- Laudo médico referente a marca Nestlé descrita no item 76;
- Relatório totalizador da Ata de Registro de Preço n.º 27/2023, Pregão Eletrônico n.º 50/2023, Processo Administrativo n.º 144083/2023;
- Relatório totalizador do Contrato de Fornecimento n.º 103/2024, Processo Administrativo n.º 152141/2024 da Ata de Registro de Preço n.º 27/2023, Pregão Eletrônico n.º 50/2023;

16. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Amanda Magalhães de Castro
Diretora do Departamento de Alimentação Escolar da
Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO
Matrícula n.º 51495250

Helena de Castro Carvalho Fernandes
Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO
Matrícula n.º 51496047

Matheus Henrique Lima Ferreira
Diretor do Departamento de Compras da
Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO
Matrícula n.º 51495542



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2024

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

TIPO: Menor Preço por item

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo aquisição eventual e sob demanda de gêneros alimentícios (panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros) afim de atender as demandas de merenda escolar, bem como eventos e programas realizados pelas Unidades ligadas à Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexos deste Edital.

Dados a constar na proposta Preenchimento pelo proponente:

Razão Social:		CNPJ:	
Endereço:			
Telefone:		E-mail:	
Representante Legal:		CPF do Representante:	

a) Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

b) Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do seu objeto.

Item	Especificação	Qtd	Marca/ Modelo	Und	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL DA PROPOSTA ----- R\$						

Validade da Proposta:

Data: ____/____/____

Assinatura do representante legal da empresa, sobre carimbo, nome e número da identidade do responsável.

Obs.: Este documento é meramente exemplificativo devendo ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2024

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

À Pregoeira Oficial do Município de Piracanjuba

Pregão Eletrônico nº ____/2024

Senhora Pregoeira,

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu Representante Legal/ Procurador Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____ infra-assinado, para os fins de participação no **Pregão Eletrônico nº ____/____**:

a) Declara, sob pena de inabilitação, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, hem como que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas formas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

b) Declara, sob pena de inabilitação, que atende ao disposto no inciso XXXIII, do Art. 07º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) Declara, sob pena de inabilitação, que os preços propostos se encontram incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

d) Declara, sob pena de inabilitação, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

e) Declara, sob pena de inabilitação, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

f) Declara, sob pena de inabilitação, que a proposta apresentada para fins de participação nesta licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial, quanto a participar ou



não da referida licitação, que o conteúdo da proposta apresentada para participar, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Prefeitura Municipal de Piracanjuba antes da abertura oficial das propostas; e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

g) Declara, sob pena de inabilitação, sob as penas da Lei, que se responsabiliza pela autenticidade e veracidade dos documentos e informações apresentadas para participação nesta licitação.

h) Declara, para fins de participação neste Pregão Eletrônico, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º, do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

..... (local), ... de de(data)

(Nome e assinatura do representante legal da licitante Carimbo de CNPJ se houver)

Obs.: Este documento é meramente exemplificativo



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2024

ANEXO V

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aquisição eventual e sob demanda de aquisição eventual e sob demanda de gêneros alimentícios (panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros) afim de atender as demandas de merenda escolar, bem como eventos e programas realizados pelas Unidades ligadas à Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO.

Processo nº 153692/2024

Pregão Eletrônico nº 38/2024

Validade: 12(doze) meses

Certifico	que	na	data
____/____/____		____/____/____	foi
publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP			
Piracanjuba/GO, ____/____/____			
Responsável pela publicação			

No dia __ de _____ de 20__, o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRACANJUBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 49.577.243/0001-86, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 99, Centro - Piracanjuba/GO, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Educação e Secretária Municipal de Educação, **Sra. Cicerônia Pereira de Brito**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 920.246.291-72 residente e domiciliada nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para registro de preços, processo administrativo nº 153692/2024, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 38/2024, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2024 e no Decreto Municipal nº 17, de 08 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo tem por objetivo e finalidade o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios (panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros) afim de atender as demandas de merenda escolar, bem como eventos e programas realizados pelas Unidades ligadas à Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, proposta de preços e demais documentos, Atas do Processo de licitação acima descrito, os quais integram este instrumento independentemente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

I. Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

DADO DA EMPRESA	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	CPF do Representante:



II. A presente Ata de Registro de Preços constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, com característica de compromisso para futura contratação.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

CLÁUSULA SEGUNDA: O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedores e as demais condições ofertadas na nas propostas são as que se seguem:

Item	Descrição Item/Objeto	Marca/ Modelo	Qtd	Und	Valor Unitário	Valor Total

I. Importa-se a presente licitação na importância total de R\$ ____ (_____).

II. A listagem do cadastro reserva referente ao presente registro consta no Anexo Único da presente Ata de Registro de Preços.

DA DOTAÇÃO E RECURSOS

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias afeta aos órgãos do Fundo Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, a saber:

Centro de Custo	01.01
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.306.1207.2108
Elemento	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Subelemento	7 – Gêneros de Alimentação
Ficha/ Fonte	799.000/ 115.51
Centro de Custo	01.00
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.361.1207.2109
Elemento	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Subelemento	7 – Gêneros de Alimentação
Ficha/ Fonte	815.000/ 101.00
Centro de Custo	01.10
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.361.2309.2110
Elemento	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Subelemento	7 – Gêneros de Alimentação
Ficha/ Fonte	829.000/ 101.00
Centro de Custo	01.07
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.365.2312.2113
Elemento	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Subelemento	7 – Gêneros de Alimentação
Ficha/ Fonte	869.000/ 101.00



Centro de Custo	01.09
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.367.2315.2117
Elemento	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Subelemento	7 – Gêneros de Alimentação
Ficha/ Fonte	889.000/ 101.00

DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

CLÁUSULA QUARTA: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses contar da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ter sua vigência prorrogada nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA: No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

I. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA SEXTA: O contrato decorrente da Ata de Registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA: Na formalização de contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

CLÁUSULA OITAVA: A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforma artigo 95, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

I. O instrumento contratual de que se trata a cláusula oitava deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA: Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA: Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

I. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens com preços iguais ao adjudicatário, observada a ordem de classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.



II. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

III. O registro a que se refere o inciso II, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

IV. Para fins de ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro reserva a que se refere a alínea “b” do inciso I, da cláusula décima, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições previamente estabelecidos.

II. Quando houver cancelamento do registro de preços do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízos das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

I. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital e observado o disposto na cláusula décima primeira, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata a cláusula décima, inciso I, alínea “b”, aceitar a contratação nos termos do inciso anterior, a Administração observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos publicitados, poderá:

I. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção do preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



II. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem de classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

DAS ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

II. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

a) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

b) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

II. Na hipótese prevista no inciso anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

III. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

IV. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem



a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

I. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

II. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

III. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

IV. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

V. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no inciso I o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

VI. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: O remanejamento somente poderá ser feito:

- I.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- II.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no artigo 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos da cláusula vigésima terceira, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e

III. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

I. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: O prazo de que trata a cláusula anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.



CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos da cláusula vigésima nona.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata a cláusula trigésima quarta, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA: O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Decreto Municipal nº 17, de 08 de janeiro de 2024, bem como o Edital do Pregão Eletrônico Registro de Preços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA: As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA: É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade, conforme o Decreto Municipal nº 17, de 08 de janeiro de 2024.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA: O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no próximo capítulo desta ata, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA: O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



II. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

a) Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA: O cancelamento de registros nas hipóteses previstas na cláusula quadragésima primeira será formalizada por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA: Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA: O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I. Por razão de interesse público;

II. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Municipal nº 17, de 08 de janeiro de 2024.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA: Compete ao órgão Gestor:

I. A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Órgão gerenciador do Sistema de Registro de preços, nos termos do Decreto Municipal nº 17, de 2024.

II. O órgão acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixados do valor máximo a ser pago pela administração.

a) O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos a serem fornecidos.



III. Optar pela contratação ou não dos bens decorrentes do Sistema de Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativas às licitações, em que caiba recurso ou indenização.

IV. Dilatar o prazo de vigência de registro de preços “de ofício” através de termo aditivo, com a publicação na mesma forma da Ata de Registro de Preços originária, observando o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

V. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de forma maior devidamente justificado no processo.

VI. Emitir autorização de compra.

VII. Dar preferência de contratação com o detentor de registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação.

CLÁSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA: Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

I. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no Edital.

II. Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações para o correto cumprimento de suas disposições.

III. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhado ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada.

a) Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando ocorrências ao órgão gerenciador.

IV. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA: Compete ao compromitente da Ata:

I. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos, e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preços de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidas pelo Órgão usuário da Ata de Registro de Preços.

II. Manter durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



III. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração no prazo máximo de 48 (quarente e oito) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

IV. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos nesta Ata de Registro de Preços.

V. Atender a demanda dos órgãos ou entidades usuários, durante a fase de negociação de revisão de preços, com preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado.

VI. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão.

VII. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

VIII. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

IX. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e nesta Ata de Registro de Preços.

DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA: Os produtos deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis na sede da Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO situada na Rua Dom Pedro II, nº 99, Centro – Piracanjuba/GO, nos horários das 07 horas às 11 horas e das 13 horas às 17 horas conforme determinação dada através de Requisição/Solicitação/ Ordem de Fornecimento pela requisitante, sem ônus adicionais, tais como: transporte, alimentação, etc.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA: Os produtos serão recebidos:

I. Provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.

II. Definitivamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o inciso II não ser procedida dentro do prazo acima fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



b) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligência para aferição do atendimento das exigências contratuais.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA: Os objetos deste contrato serão solicitados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, após a assinatura e publicação do instrumento contratual, e apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA: A não execução do objeto desta Ata de Registro de preços será motivo de aplicação das penalidades previstas nesta, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA: Não serão aceitos produto de baixa qualidade, sem resistência de uso, fora de padrões ou que contenham quaisquer outras circunstâncias que possa frustrar o bom desempenho e as expectativas da Administração.

DO PAGAMENTO

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA: A forma de pagamento será de 30 (trinta) dias, após a protocolização da Nota Fiscal, entregues na Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 99, Centro - Piracanjuba/GO, E-mail: educacao@piracanjuba.go.gov.br, Fone: (64) 3405-4069.

I. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, de Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se ao licitante para emissão de Nota Fiscal no que pertine a parcela incontroversa da execução do objeto para efeito de liquidação e pagamento.

II. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

III. O pagamento via Ordem Bancária, creditado na instituição bancária eleita pela Contratada, que deverá indicar na Nota Fiscal Eletrônica o banco, número da conta corrente e agência com a qual opera. O órgão gerenciador não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

IV. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/ Fatura, serão devolvidos a licitante para correções necessárias, não respondendo o órgão gerenciador por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da licitante. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a administração.

V. A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura para verificação da situação da licitante em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas também no processo licitatório, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.



VI. O pagamento será efetuado pelo total do item fornecido, constante da ordem de fornecimento, acompanhada da Nota Fiscal.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA: Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. o prazo de validade;
- II. a data da emissão;
- III. os dados da Ata de Registro de preços e do órgão contratante;
- IV. o período respectivo de execução da Ata de Registro de Preços;
- V. o valor a pagar; e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA: As omissões desta Ata e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº 38/2024 e a proposta apresentada pela licitante, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre a da proposta.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA NONA: O presente registro decorre de adjudicação à Promitente Contratada dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo, do Pregão Eletrônico nº 38/2024, conforme decisão da Agente de Contratação/Pregoeira do Município, lavrada em Ata de Sessão Eletrônica datada de __ de _____ de 20__, e Termo de Homologação exarado pelo atual Prefeito de Piracanjuba, Sr. Claudiney Antônio Machado datado de __ de _____ de 20__.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA: Caberá à Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

DO FORO

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA: Fica eleito o foro da Comarca de Piracanjuba, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta Ata, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Piracanjuba/ GO, aos ____ dias do mês de _____ de 20__

CICERONIA PEREIRA DE BRITO
Secretária Municipal de Educação
Gestora do Fundo Municipal de Educação
Contratante

Contratada



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2024

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

Certifico	que	na	data
/	/	/	foi
publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP			
Piracanjuba/GO, ___/___/___			
Responsável pela publicação			

Contrato que entre si celebram o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** e a Empresa _____, na forma abaixo:

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRACANJUBA, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 49.577.243/0001-86, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 99, Centro - Piracanjuba/GO, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Educação e Secretária Municipal de Educação, **Sra. Cicerônia Pereira de Brito**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 920.246.291-72 residente e domiciliada nesta cidade.

CONTRATADO: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, Fone: _____, E-mail: _____, neste ato representado pelo (a) Sr. (a), _____, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº _____, residente em _____.

O **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, acima especificados, têm entre si ajustados o presente Contrato de Fornecimento, conforme autorização constante do Pregão Eletrônico nº 38/2024 e do Despacho Homologatório expedido em __ de _____ de 20__, Processo Administrativo nº 153692/2024 regulado pelos preceitos de direito público e especialmente pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais legislação aplicável, bem como mediante as seguintes Cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto, sem custos além dos previstos, neste instrumento, a aquisição de gêneros alimentícios (panificáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios e outros) afim de atender as demandas de merenda escolar, bem como eventos e programas realizados pelas Unidades ligadas à Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, conforme especificações contidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexos ao Edital do Pregão Eletrônico nº 38/2024, e condições deste Contrato.

1.2 Fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de sua transcrição, o Termo de Referência, o Edital de Pregão Eletrônico nº 38/2024 a Proposta de Preços Realinhada do Contratado e/ou Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços e outros documentos utilizados no julgamento da respectiva licitação, sendo vinculado o Edital a este Contrato, conforme inciso I e II, do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO E DO PREÇO

2.1 O **CONTRATANTE** se obriga a pagar à **CONTRATADA**, pelo fornecimento do objeto do presente contrato, os preços conforme abaixo especificados:



Item	Descrição	Marca/ Modelo	Qtd	Und	Valor Unitário	Valor Total
TOTAL DO FORNECEDOR -----R\$ XXXX,XXX						

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência da contratação é de **xxx (xxxx)** meses contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, na forma do artigo 94, prorrogável nos termos dos artigos 106 e 107, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

I. A prorrogação que se trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração Pública, permitida a negociação com o contratado.

3.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante prorrogação contratual.

3.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO PARA EXECUÇÃO

4.1 Os produtos deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis na sede da Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO situada na Rua Dom Pedro II, nº 99, Centro – Piracanjuba/GO, nos horários das 07 horas às 11 horas e das 13 horas às 17 horas conforme determinação dada através de Requisição/Solicitação/ Ordem de Fornecimento pela requisitante, sem ônus adicionais, tais como: transporte, alimentação, etc.

4.2. Os produtos serão recebidos:

I. **Provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.

II. **Definitivamente**, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o inciso II não ser procedida dentro do prazo acima fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

b) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligência para aferição do atendimento das exigências contratuais.



4.3 Os objetos deste contrato serão solicitados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, após a assinatura e publicação do Contrato, e apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente.

4.4 A não execução do objeto deste contrato será motivo de aplicação das penalidades previstas neste Contrato, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5 Não serão aceitos produto de baixa qualidade, sem resistência de uso, fora de padrões ou que contenham quaisquer outras circunstâncias que possa frustrar o bom desempenho e as expectativas da Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO E PRECIFICAÇÃO

5.1 A forma de pagamento será de 30 (trinta) dias, após a protocolização da Nota Fiscal, entregues na Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 99, Centro – Piracanjuba/GO, E-mail: educacao@piracanjuba.go.gov.br, Fone: (64) 3405-4069.

I. Sendo o valor total do contrato de **R\$ _____ (_____)**.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos fornecidos

5.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, de Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine a parcela incontroversa da execução do objeto para efeito de liquidação e pagamento.

5.5 Nenhum pagamento será efetuado ao Contratado enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

5.6 O pagamento via Ordem Bancária, creditado na instituição bancária eleita pela Contratada, que deverá indicar na Nota Fiscal Eletrônica o banco, número da conta corrente e agencia com a qual opera. A Contratante não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

5.7 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/ Fatura, serão devolvidos a Contratada para correções necessárias, não respondendo a Contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da Contratada. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



5.8 A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura para verificação da situação da Contratada em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas também no processo licitatório, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

5.9 O pagamento será efetuado pelo total do item fornecido, constante da ordem de fornecimento, acompanhada da Nota Fiscal.

5.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I.** o prazo de validade;
- II.** a data da emissão;
- III.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV.** o período respectivo de execução do contrato;
- V.** o valor a pagar; e
- VI.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29 de julho de 2024, nos termos do inciso V, do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.

6.5 Na aferição final, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente definitivo.

6.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado por legislação então e vigor.

6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.



CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 São obrigações do Contratante, nos termos dos incisos X, XI e XIV do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

V. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

VI. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

VII. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

VIII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX. A Administração terá o prazo de 60 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

X. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias.

XI. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

XII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, nos termos dos incisos XIV, XVI e XVII do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133, de 2021:



I. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

II. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

III. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (inciso II, do artigo 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

IV. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

VII. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

VIII. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

IX. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



X. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

XI. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (artigo 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

XII. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (§ único, do artigo 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

XIII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea “d”, do inciso II, do artigo 124, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

XV. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I. der causa à inexecução parcial do contrato;

II. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. der causa à inexecução total do contrato;

IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da lei nº 12.846/13.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 2º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos “II”, “III” e “IV” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 4º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos “V”, “VI”, “VII” e “VIII” do subitem acima deste Contrato, bem como nos incisos “II”, “III” e “IV”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

a) Moratória de 1,5 (um vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

1. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

c) Compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto, avaliada a gravidade e o prejuízo causada pela infração cometida, aplicando-se os Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade.

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (§ 9º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§ 7º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (**artigo 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021**)

9.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§ 8º, do **artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021**).

I. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



9.8 Na aplicação das sanções serão considerados (§ 1º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- I.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II.** as peculiaridades do caso concreto;
- III.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV.** os danos que dela provierem para o Contratante;
- V.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (artigo 159).

9.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (artigo 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.11 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Artigo 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.13 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.



I. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3 O contrato também será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.4 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

I. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

II. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

10.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Conforme os artigos 138 e 139, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

I. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.7 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III. Indenizações e multas.

10.8 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput, do artigo 131, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10.9 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha



reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV, do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual, na dotação abaixo discriminada:

Centro de Custo	01.01
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.306.1207.2108
Elemento	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Subelemento	7 - Gêneros de Alimentação
Ficha/ Fonte	799.000/ 115.51
<hr/>	
Centro de Custo	01.00
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.361.1207.2109
Elemento	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Subelemento	7 - Gêneros de Alimentação
Ficha/ Fonte	815.000/ 101.00
<hr/>	
Centro de Custo	01.10
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.361.2309.2110
Elemento	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Subelemento	7 - Gêneros de Alimentação
Ficha/ Fonte	829.000/ 101.00
<hr/>	
Centro de Custo	01.07
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.365.2312.2113
Elemento	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Subelemento	7 - Gêneros de Alimentação
Ficha/ Fonte	869.000/ 101.00
<hr/>	
Centro de Custo	01.09
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.367.2315.2117
Elemento	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Subelemento	7 - Gêneros de Alimentação
Ficha/ Fonte	889.000/ 101.00

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as



disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (artigo 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao caput, do artigo 91, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e ao § 2º, do artigo 8º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c o inciso V, do § 3º, do artigo 7º, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

15.3 As comunicações entre o contratante e o(a) contratado(a) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4 O contratante poderá convocar o representante do(a) contratado(a) para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



15.6 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

15.7 O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

15.8 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

15.9 O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do(a) contratado(a), acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

15.10 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

15.11 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

15.12 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

15.13 O gestor do contrato e os fiscais do contrato na execução das suas atividades deverão observar as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.14 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do(a) contratado(a), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 Fica eleito o foro da Comarca de Piracanjuba/GO, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste Contrato, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente termo, lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinam as partes abaixo:



Piracanjuba/GO, aos ___ dias do mês de _____ do ano de 2024

CICERONIA PEREIRA DE BRITO
Gestora do Fundo Municipal de Educação
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Contratada

Testemunhas:

01)

02)